

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026-PMP-PI		
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30273/2026		
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE, ADJUDICAÇÃO POR LOTE	
FUNDAMENTAÇÃO	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133 de 01.04.2021 e suas alterações; Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e Lei Complementar n.º 147/2014 de 07.08.2014 (que altera a Lei Complementar 123/2006); Decreto Federal nº 11.462 de 31.03.2023 e Decretos Municipais nº. 002/2024, 003/2024; e demais normas pertinentes ao objeto do certame.	
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SESA	
INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS		24/06/2026
		DIA
		HORÁRIO
ABERTURA DAS PROPOSTAS		07/07/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS		10:00
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
RETIRADA DO EDITAL – No site www.tce.pi.gov.br , e obrigatoriamente no site www.bnc.org.br , tendo em vista necessidade de acompanhamento eletrônico e imediato de informações complementares, tais como resposta esclarecimentos, impugnações , alterações de datas entre outras.		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: Rua Itaúna, nº 1434, Bairro Pindorama, Parnaíba/PI, CEP: 64215-115, sala de Licitações, setor de Pregão. Horário de atendimento: segunda à sexta-feira, de 07:30 às 13:30 horas. Telefone: (86) 3322-1724/ 3323-4678 E-MAIL: pregao@parnaiba.pi.gov.br		
LOCAL: - www.bnc.org.br		

1.0- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1-A Prefeitura Municipal de Parnaíba, neste ato representada pelo Prefeito Francisco Emanuel Cunha de Brito que designou por meio da Portaria nº 32/2025 de 02 de janeiro de 2025,

publicada no diário Oficial do Município de Parnaíba-PI ANO XXVII Nº 3836 de 10 de Fevereiro de 2025, a Agente de Contratação – Nível II- o(a) pregoeiro(a) Naiana Cerqueira de Carvalho Ferreira e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, ADJUDICAÇÃO POR LOTE, DISPUTA DO LANCE MENOR PREÇO POR LOTE, MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESA**

1.2- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da CLCA/PMP, denominado Agente de Contratação – Nível II- o(a) pregoeiro(a) , mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Pregões", constante da página eletrônica do www.bnc.org.br

1.3- Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133 de 01.04.2021; Decreto Federal nº 11.462 de 31.03.2023 e Decretos Municipais nº. 002/2024, 003/2024; suas alterações e demais normas pertinentes ao objeto do certame.

2.0- DO OBJETO:

2.1– REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESA

3.0- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1– Para o registro de preços não há necessidade de reserva de dotação orçamentária, para efeito de futura contratação os recursos financeiros deverão ser indicados com o elemento de despesa correspondente bem como a fonte de recursos.

4.0– ESCLARECIMENTOS:

4.1- Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito, exclusivamente, através da plataforma <https://bnccompras.com/Home/Login> informando o nº da licitação, sendo respondida observado o prazo legal de até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura do certame, conforme artigo 164 da Lei 14.133/2021.

5.0- DA IMPUGNAÇÃO:

5.1- Até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, obrigatoriamente, por escrito, exclusivamente, através da plataforma <https://bnccompras.com/Home/Login>;

5.2 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, e a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme disposto no Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

5.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, sendo necessárias eventuais modificações no edital, estas implicarão em nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, sendo designada nova data para a realização do certame, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da abertura da sessão, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.0- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1- Poderão participar do processo os interessados no ramo comercial compatível com o objeto desta licitação e atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.1.1 - Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema www.bnc.org.br.

6.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.1.3 Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade

trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

6.1.4 As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

6.1.5. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

6.2 DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PI:

6.2.1 Estará impedida de participar da licitação ou de ser contratada pela PREFEITURA MUNICIPAL a pessoa física ou jurídica:

I –que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII- agente público do órgão ou entidade licitante; devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

IX- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

X- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

XI- Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os demais requisitos deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;

6.2.2 O impedimento de que trata o item IV acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.2.3 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.2.4 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.2.5 O disposto nos itens II e III acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2.7 A vedação de que trata o item VIII estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.0 - O certame será conduzido pelo(a) o(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.0.1 - Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.0.2 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.0.3 - Abrir as propostas de preços;

7.0.4 - Analisar a aceitabilidade das propostas;

7.0.5 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

7.0.6 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.0.7 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

7.0.8 - Declarar o vencedor;

7.0.9 - Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.0.10 - Elaborar a ata da sessão;

7.0.11 - Publicar a ata da sessão

7.0.12 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8.0 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES:

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao www.bnc.org.br sediadas no País.

8.2 A participação do licitante no PREGÃO ELETRÔNICO SRP se dará por meio sítio www.bnc.org.br, opção "Acesso Identificado".

8.3 A chave de identificação e a senha poderão ter a validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa www.bnc.org.br, devidamente justificado.

8.4 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante

a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, devidamente assinado pelo outorgante, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "www.bnc.org.br".

8.5 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.8 As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico Licitações-e o estabelecido na Lei Complementar nº 122/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014.

9.0 - PARTICIPAÇÃO

9.1 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bnc.org.br, opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

10.0 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: valor unitário e total do LOTE; MARCA; DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

10.2 A proposta de preços deverá conter, **sob pena de desclassificação**, a descrição detalhada do objeto proposto conforme item 10.1 e Projeto Básico/ Termo de Referência anexo ao Edital.

10.3 APÓS O PREENCHIMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO, O LICITANTE SÓ PODERÁ MODIFICAR OU SUBSTITUIR A PROPOSTA INICIAL, ATÉ O PRAZO DE ACOLHIMENTO, ATÉ A DATA E HORA LIMITE PREVISTA PARA ENCERRAMENTO DA FASE DE RECEBIMENTO (ACOLHIMENTO) DAS PROPOSTAS, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE A ETAPA DE CADASTRO DESSA

DOCUMENTAÇÃO.

10.4 As propostas de preço serão ofertadas com base no MENOR PREÇO POR LOTE do objeto licitado.

10.5 O LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO, conforme modelo do ANEXO VI, DEVERÁ APRESENTAR EM ANEXO NO SISTEMA, A PROPOSTA FINAL- READEQUADA, no prazo de 24h, a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.6 O PREGOEIRO NÃO PODERÁ ESTABELEECER PRAZO INFERIOR A 2 (DUAS) HORAS PARA ANEXO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA BNC.

10.7 Os documentos que compõem a proposta licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.8 Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.

10.9 O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que NÃO alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.10 AS PROPOSTAS DE PREÇO REFERENTE AOS ITENS/LOTES COTADOS SERÃO PREENCHIDOS NO CAMPO APROPRIADO DO SISTEMA ELETRÔNICO www.bnc.org.br e nestes deverão estar inclusos TODAS E QUAISQUER DESPESAS, tais como transporte/frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, aduaneiros, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da LICITANTE VENCEDORA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.11 O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.12 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será

responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.13 **Para efeito de julgamento, este será o de MENOR PREÇO POR LOTE, ADJUDICAÇÃO POR LOTE, DISPUTA POR PREÇO DO LOTE. A cotação dos preços deverá ser em R\$ reais, o qual deverá ser indicado em algarismo e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por extenso.**

10.14 Os licitantes deverão apresentar proposta para a totalidade do LOTE que tem interesse em participar.

10.15 As propostas encaminhadas terão prazo de validade não inferior a **120 (cento e vinte) dias consecutivos**, contados da data da sessão de abertura desta licitação.

10.16 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.17 O LICITANTE NÃO PODERÁ OFERECER PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO.

10.18 Não será permitida a alteração das propostas encaminhadas após a data e horário definidos para abertura das mesmas.

10.19 A execução do objeto fica sob a responsabilidade da empresa contratada.

10.20 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto ou serviço licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.21 No caso de divergência entre os valores ofertados no sistema e valores ofertados em propostas anexadas, o(a) pregoeiro(a) poderá deliberar quanto à desclassificação da mesma, caso não seja possível sanar a falha.

11.0 - DO PROCEDIMENTO

11.1 – A partir da publicação do Edital, o licitante poderá encaminhar as **PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAL** na forma prevista no edital, até a data e hora limite para entrega. Esgotado o prazo estabelecido, a fase de recebimento (acolhimento) das propostas será encerrada automaticamente.

11.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão enviar, retirar ou substituir as propostas e os anteriores inseridos no sistema.

11.3 A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico,

com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio, passando o(a) pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.5 O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.7 Caso julgue necessário, o(a) pregoeiro(a) submeterá a documentação relativa à proposta e habilitação, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados.

11.8 O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE ADJUDICAÇÃO POR LOTE, conforme definido neste edital e seus anexos.

11.9 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico DURANTE a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.10A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.11 Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

11.12 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor inferior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido.

11.13 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

11.14 Caso o(a) pregoeiro(a) detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação ou em situações extremas, quando os lances ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando presunção absoluta de inexequibilidade, admite-se a exclusão do lance DURANTE a fase competitiva do pregão, visando manter a regularidade do certame.

11.15 Será adotado para o envio de lances o **MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”**, em

que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.16 Para licitações modo de disputa aberto-fechado, a exclusão do lance apresentada no item 11.15. se dará apenas na etapa aberta da disputa.

11.17 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (QUINZE) MINUTOS**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (DEZ) MINUTOS**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.18 Encerrado o prazo previsto no item 11.17, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.19 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 11.18, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.20 - Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.21 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.22 – Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.23 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.24 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa do(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (caixa de mensagem).

12.0 DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP

12.1 - Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática,

junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a.1) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

a.2) A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

a.3) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

a.4) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

a.5) A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a.6) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da lei nº 14.133/2021.

a.7) Persistindo o empate, a proposta vencedora será **sorteada** pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

a.8) A não apresentação da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará no afastamento dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e ensejará na pena de preclusão do direito de preferência de contratação, e nos demais direitos pertinentes a licitação e contratação, dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Presidencial nº 8.538/15, bem como poderá ensejar

o direito de preferência das demais licitantes, nos termos dos institutos legais aqui mencionados.

a.9) A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.0 DA NEGOCIAÇÃO

13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

13.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

13.3 A entidade licitante não aceitará e não adjudicará o item/lote cujo preço seja superior ao estimado Projeto Básico/ Termo de Referência anexo ao Edital.

13.4 O percentual reduzido nos lances do item, deverá incidir em cada item, obedecendo as regras matemáticas, para menos de acordo com o caso, para fins de arredondamento até duas casas decimais.

13.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresente preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação; (art 59, inciso III, lei 14.133/2021) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.6 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7 O(a) pregoeiro(a) observando a inexequibilidade do item/lote, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos comprobatórios.

13.8 É facultada ao(a) pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada substituição ou a apresentação de novos documentos, nos termos do art. 64 da lei nº 14.133/2021.

13.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.10 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo o(a) pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro que o(a) pregoeiro(a) achar necessário, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio, nos prazos indicados pelo o(a) pregoeiro(a).

13.11 Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante detentor da melhor oferta que, dentro do prazo de 24 horas, envie no sistema onde está sendo realizado o certame, a proposta final ajustada ao último valor ofertado.

13.12 O prazo estabelecido no item 13.11 poderá ser prorrogado pelo o(a) pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo.

13.13 Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a Proposta Comercial readequada do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens/lotos não resultem, após os ajustes, inexequíveis, superfaturados ou maiores que o da proposta inicialmente formulada no Sistema Eletrônico de realização do certame, sob pena de desclassificação.

13.14 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou apresentar incompatibilidades com os valores médios dos itens/lotos que compõe o Termo de Referência ou ainda se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.15 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.16 Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).

13.16.1 A comprovação da exequibilidade se dará pela apresentação de Notas fiscais, aquisições e/ou orçamentos diretos com fabricantes dos bens ou com revededores, com data de emissão não superior ao período de 03 (três) anos a contar da data de abertura da sessão.

13.17 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 Encerrada a etapa de negociação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observados os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto, bem como as regras específicas sobre a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

14.2. A consulta será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos seguintes cadastros:

14.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;

14.2.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

14.2.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

14.2.4 Cadastro de Licitantes Impedidos de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI.

14.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.4. Caso atendidas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.5 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus

respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.7 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.8 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14.10 A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

14.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.11.1. contiver vícios insanáveis;

14.11.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.11.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.12. No caso de bens e serviços em geral: é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

14.13. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 14.12, só será considerada após diligência, provocada pelo(a) Pregoeiro(a) ao setor técnico adequado.

14.13.1 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura: para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

14.13.2 No caso de obras e serviços de engenharia: serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

14.14 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.15 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.0 -DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à análise dos documentos de habilitação da licitante primeira classificada.

15.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pela licitante melhor classificada. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

15.2.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, caso designados em ato separado;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.3 Qualificação econômico-financeira

A) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou de insolvência civil expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

a.1) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

a.2) No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

B) Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

C)A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social:

c.1) Índice de liquidez geral (LG), igual ou maior que 1, apurado pela equação: (ativo circulante (AC) + realizável a longo prazo (RLP) dividido por (passivo circulante (PC) + passivo não circulante (PNC)); ou seja: $LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} \geq 1$

c.2) Índice de liquidez corrente (LC), igual ou maior que 1, apurado pela equação: Ativo circulante (AC) dividido por passivo circulante (PC); ou seja : $LC = \frac{AC}{PC} \geq 1$

D) Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LG maior ou igual a 1(um)

LC maior ou igual a 1(um)

E) caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar por meio do balanço patrimonial possuir patrimônio líquido de no mínimo 10 (dez)% do valor estimado da contratação ou item(ns) pertinente(s).

F) Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

F.1) publicados em Diário Oficial; ou

F.2) publicados em Jornal; ou

- F.3) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- EF.4) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- F.5) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.
- G) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- H) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

15.2.3.1 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2.3.2 No caso de microempresa ou a empresa de pequeno porte constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

15.2.3.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15.2.3.4 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito da assinatura do contrato. No entanto, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal deve ser apresentada, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.2.3.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, à microempresa ou a empresa de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

15.2.3.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.2.3.37 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

15.3.1 O (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar firma reconhecida em cartório ou a licitante poderá proceder conforme a lei federal nº 13.726 de 08/10/2018, art. 3º.

15.3.2 O(a) Pregoeiro (a) poderá solicitar a qualquer momento documentos que comprovem o atestado de capacidade técnica podendo ser nota fiscal ou contratos firmados com administração pública ou privada, em conformidade com Art.64, da Lei nº. 14.133/2021.

15.3.3 Poderão ser exigidos outros documentos de comprovação de Qualificação Técnica, caso necessário.

15.3.4 Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar:

- a) Relacionados ao objeto da licitação;
- b) Exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto;
- c) Fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- d) Emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- e) Assinados por quem tenha competência para expedi-los;
- f) Registrados na entidade profissional competente, quando for o caso;

15.3.5 Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que:

- I- Seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- II- Sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- III- Não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos;

15.4 OUTRAS COMPROVAÇÕES.

a) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos,

bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. (Declaração de conhecimento do Edital)- Anexo IV;

b) Declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Declaração de proposta econômica) - Anexo IV;

c) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social. (Declaração de reserva de cargos) - Anexo IV;

d) Declaração para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. (Declaração de Não-Emprego de menores) - Anexo IV;

e) Declaração que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante) - Anexo IV;

f) Declaração que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade prevista na legislação. (Declaração de Acessibilidade) - Anexo IV;

g) Declaração que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente) - Anexo IV;

h) Declaração de opção e de enquadramento Microempresa/ME e Empresa de Pequeno Porte/EPP, e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; - Anexo V;

15.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

15.4.2. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

15.4.3. O(a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

15.4.4. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) pregoeiro(a).

15.4.5. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

16.0 DOS RECURSOS

16.1 Quando declarado vencedor e publicada a Ata da Sessão no sistema, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar dentro do prazo de 15 (quinze) minutos ofertados pelo sistema, sua intenção de maneira motivada, em campo próprio; abrindo-se então **o prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentação de memoriais, que deverão ser anexados ao sistema, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões (anexadas no sistema) em igual número de dias, que começarão a correr a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.2 A ausência de manifestação tempestiva e motivada da licitante (conforme item 16.1) importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo(a) pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.

16.3 Os recursos serão dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), **que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.4 Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) não reconsiderar seu ato ou decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o recurso com a sua motivação será encaminhado à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5. Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade

competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

16.8 No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.0- DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

17.3. O fornecimento dos bens que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pela UNIDADE REQUISITANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do instrumento equivalente.

17.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Unidade Requisitante.

17.4. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o instrumento equivalente ou a Ata de Registro de Preços, poderá o(a) Pregoeiro(a), independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.5. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6. A ADJUDICATÁRIA será responsável, na forma do instrumento equivalente ou da Ata de Registro de Preço pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

17.6.1. A ocorrência de desconformidade implicará na substituição dos materiais recusados, por outro, que será substituído, sem ônus para a Unidade Requisitante e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7. A ADJUDICATÁRIA será também responsável, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da aquisição, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8. No momento da assinatura do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

17.9. Das Condições de Aquisição/Contratação:

17.9.1. As aquisições ou contratações serão formalizadas pela assinatura de instrumento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do artigo 95, da Lei 14.133/2021, conforme o caso.

17.9.2. Toda aquisição/contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante.

17.9.3. A(s) licitante(s) vencedor(as) fornecerão somente os objetos ou serviços relacionados neste Edital.

17.9.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos ou serviços contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

17.9.5. O(s) produto(s)/serviço(s) a ser fornecido deve ser novo, estar em perfeita condição de conservação e qualidade para o uso devido, sob pena de responsabilização do fornecedor pelos prejuízos dessa natureza causados à Administração Pública.

17.9.6. As condições estabelecidas neste termo de referência e no edital serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial, a qual deverá mencionar explicitamente:

17.9.7. O preço unitário e global para cada item;

17.9.8. A marca e/ou modelo do produto ofertado.

18.0 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

18.2 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar

todas as quantidades registradas.

18.3 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

18.4 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

18.5 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 18.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

18.6 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 18.7 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18.8 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

18.9 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

18.10 Os Órgãos participantes do procedimento licitatório formalizarão seu pedido de fornecimento por meio de nota de empenho.

18.11 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

18.12 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência e da própria Ata de Registro de Preços.

18.13 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

18.14 É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

19.0 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II.

19.2 A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, na Ata de Vencedores do certame, que foi firmada mediante prévia negociação de aceitabilidade de cotação do objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

19.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

19.4 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

19.5 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

19.6 A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

19.7 A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.0 FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1 As Atas de Registro de Preços serão firmadas entre a Unidade Requisitante e as licitantes vencedoras.

20.2 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.3 As licitantes vencedoras terão o prazo de 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da convocação, para assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços.

20.4 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços,

dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Unidade Requisitante o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

20.5 As licitantes remanescentes convocadas na forma do item anterior, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item

21.0 ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

21.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua eventual atualização, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

21.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

21.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

21.4 Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.5 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal nº 11.462/23.

21.6 Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/23, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.7 Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 35. do Decreto Federal nº 11.462/23.

21.8 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa detentora

da ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do fornecimento do produto ou execução do serviço.

21.9 A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;
- b) quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- c) nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;
- d) nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP;
- e) por razões de interesse público, devidamente comprovado em processo administrativo próprio;
- f) por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- g) quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;
- h) quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;
- j) por ordem judicial.

21.10 A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DOM.

21.11 A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente

justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

21.12 O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

21.13 O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA:

21.14 Nos termos do Artigo 34, VII do Decreto Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2024, é prevista a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor.

21.15 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, serviços ou obras com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

21.16 Será incluído na ata, ainda, na forma de anexo, o registro dos licitantes que mantiverem suas propostas finais, ofertadas na fase de lances, obedecida a ordem de classificação, na forma do art. 82, §5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

21.17 A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva ocorrerá quando:

I- O licitante vencedor for convocado e não assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo e condições estabelecidos, e

II- Houver cancelamento total ou parcial do registro de preços do licitante detentor da ARP.

21.18 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e eventual solicitação de apresentação de amostra será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

22.0 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

22.1. A execução do contrato (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021) deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da lei supracitada, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, bem como demais regramentos previstos no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

23.0 DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO.

23.1 As regras sobre entrega e critério de aceitação do objeto/serviço constam no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

24.0 DAS OBRIGAÇÕES

24.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

24.1.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à CONTRATADA;

24.1.2 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no termo de referência correspondente ao certame;

24.1.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência;

24.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor(es) especialmente designado(s);

24.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do produto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

24.1.6 Atestar o recebimento do produto entregue, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os produtos que não esteja(m) de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação à CONTRATADA;

24.1.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;

24.1.8 Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no contrato de fornecimento do produto especificado no Termo de Referência.

24.1.9 Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência no Anexo I deste instrumento.

24.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

24.2.1 Respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos no Termo de Referência;

24.2.2 Fornecer objeto de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Termo de Referência do Edital;

- 24.2.3 Substituir, obrigatoriamente, qualquer bem que esteja danificado;
- 24.2.4 Fornecer o objeto dessa licitação, descritos no Termo de Referência em perfeitas condições e de forma que possam atingir o resultado satisfatório para a Administração Pública;
- 24.2.5 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até a entrega total dos produtos;
- 24.2.6 Cumprir todas as condições contratuais conforme Minuta do Contrato anexo a este edital;
- 24.2.7 Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência no Anexo I deste instrumento.

25.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 17.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 25.4.

25.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.3 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

25.4 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

25.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

25.6 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

25.7 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “f” e “g” da Cláusula 25.4 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, “c”, “d” e “e”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

25.9. As multas previstas no item 25.4 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento dela não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

25.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

25.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

25.12. A aplicação das sanções previstas no item 25.4 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25.14 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Central de Licitações e Contratos Administrativos – CLCA todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

25.15 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

26.0 DO PAGAMENTO

26.1. Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data da entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão/ente contratante ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, com prazo igualmente não superiores a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

26.2. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Unidade Requisitante esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

26.3. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

26.4. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação do índice aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante e a data do efetivo pagamento.

26.5 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais

vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

26.6 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Edital e do Contrato.

26.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos bens ou de atualização monetária por atraso de pagamento;

26.8 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida.

26.9 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do contratado, por transferência eletrônica.

26.10 DO REAJUSTE:

26.10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26.10.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

27.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

27.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.4 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.5 Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI.

27.6 É facultado ao(a) pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.9 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados

27.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI.

27.12 A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

27.13 Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo(a) pregoeiro(a), comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

27.14 Os casos omissos serão decididos pelo pregoeiro em conformidade com as disposições das normas deste instrumento editalício, Código Civil e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria.

27.15 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Parnaíba/Piauí, abdicando-se a parte privada a qualquer outro por mais

privilegiado que seja.

28.0 - CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL:

Anexo I – Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV: Modelo de Declarações

Anexo V - Declaração de opção e de enquadramento microempresa/ME e empresa de pequeno porte/EPP.

Anexo VI- Modelo de Proposta Final - Readequada.

Parnaíba-PI, 19 de junho de 2026


JANETE DE ARAUJO SANTOS
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Eventual e futura Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Confeção de Fardamento para os Profissionais da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens e as quantidades da presente contratação decorrem de Estudo Técnico Preliminar, a serem fornecidos devem atender as seguintes especificações abaixo:

LOTE I - SAMU 192		
ITEM	QUANTIDADE	MODELO
<p>ITEM 01: MACACÃO OPERACIONAL SAMU 192.</p> <p>TAMANHO 38 ao 58 em RipStop, cor azul marinho N°19-4010 conforme a “Escala de Cores Pantone” (“Pantone Matching System” ou PMS). O fabricante deve ser certificado: (ISO9001:2000); (ISO 14001:2004). O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: (AATCC96), (NBR9925) e (ISO 5081), costuras em linha poliéster número 80 e número 120 na cor azul escuro, costuras duplas e reforçadas, as costuras da bainha das pernas, mangas e junções internas das entre pernas serão simples, parte interna da gola com etiqueta de identificação do fabricante, composição do tecido usado e número do manequim, impressão bordada na região do peito lateral esquerda, com o símbolo do SAMU 192 11cm por 7cm. Nas costas o símbolo do SAMU 192 com</p>	<p>200 UND SENDO: TAM 38:16 TAM 40: 26 TAM 42: 26 TAM 44: 32 TAM 46: 34 TAM 48: 20 TAM 50:14 TAM 52: 12 TAM 54: 08 TAM 56: 06 TAM 58: 04</p>	



<p>25cm x 15cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor, entre as faixas refletivas. No braço direito acima da faixa refletiva o símbolo do SAMU bordado 11cm x 7cm.</p> <p>Macacão com frente fechada em toda a sua extensão por zíper deverá conter tecido duplo, com costura reforçada com proteção acolchoada, no tamanho proporcional ao manequim. Nas costas duas faixas refletiva no sentido vertical de 5 cm de largura, com início no ombro, até o elástico da cintura, frente com faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua extensão, pernas faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua circunferência a 25 cm da barra, todas de primeira linha. Fitas laterais com espaçamento de 20 mm entre cada uma nas cores laranja na frente e vermelha atrás, ambas com 2.0 cm de largura não desbotáveis e esgarçáveis e costura resistente, iniciando na região do reforço do ombro até à barra e a outra iniciando na cava da manga até a barra do macacão.</p> <p>Com dois bolsos modelo faca, dois bolsos modelo cargo e um bolso fechado com zíper no braço. Mangas removíveis, fixadas com zíper. Roupas consideradas item de segurança, a gramatura do tecido confere proteção UV (Ultravioleta) e a sua modelagem garante proteção do corpo, membros superiores e inferiores</p>		
--	--	--



**ITEM 02: CALÇA RIP
STOP SAMU 192.**

Confeccionada em Tecido Rip Stop Profissional, isenta de elementos metálicos.

- Fechamento por botões caseados protegidos por aba. Com este sistema essa calça pode ser usada nos mais diversos ambientes desde pântanos até lugares arenosos, sem risco de emperramento, maior facilidade de manutenção dispensando mão de obra especializada. - Sistema de

Auto Ajusto

- Passadores de cinto duplos, sendo um de tamanho padrão para cintos de 3 cm de largura e outro passador largo reforçado para passagem de cinto de 5 a 6 cm.

- Dois bolsos frontais internos do tipo faca, com forração no mesmo tecido do corte da calça, com área útil mínima de 15x30 cm. -

Dois bolsos laterais externos do tipo saco sanfonados, com tampa dupla e fechamento por botões caseados, com área mínima de 20x25 cm, sendo

o sanfonado travado a frente do bolso. - Dois bolsos traseiros internos, com forração no mesmo tecido da calça, com área útil mínima de 15x15 cm e

com tampa dupla e fechamento por botões caseados. - Reforço duplo nos joelhos, oferecendo maior proteção ao trabalhador, costurado com sobra de tecido que permita conforto e facilidade para flexão do joelho. - Reforço duplo no cavalo da calça, o que oferece maior resistência e durabilidade.

- Barra com fechamento e ajuste por cordão embutido.

**200 UND
SENDO:**

TAM 38:16

TAM 40: 26

TAM 42: 26

TAM 44: 32

TAM 46: 34

TAM 48: 20

TAM 50:14

TAM 52: 12

TAM 54: 08

TAM 56: 06

TAM 58: 04








<p>- Etiqueta do produto possui composição e instruções de lavagem, e identificação de nossa confecção, conforme CONMETRO resolução 2. - Item de segurança: faixas de tecido refletivo MP0010302R3MI25 FITA REFLETIVA 9910 3M 25MM CICLO Domestico, cor prata com 2,5 cm de largura por 20 cm de comprimento, no sentido horizontal na parte inferior das tampas dos bolsos laterais.</p>		
<p>ITEM 03: COTURNO DE COURO SAMU 192. Couro semi cromo Material do solado: Borracha de baixo desgaste (abrasão) e alto grip (ante escorregamento) Porta objetos laterais fixados nos dois pés com personalização samu 192 Palmilha de conforto em PU de alta performance e com altíssima memória (redução de impactos) Borracha para absorção de impactos na parte superior frontal Caneleira reforçada Refletivos de segurança Forração em tecido poliéster de alta transpiração e resistência ao rasgo Peso da bota cano longo Asphalt : 2,200grs o par Numeração Disponível: 34 ao 44 Altura media do Cano: 35 cm PVC. LOGOMARCA SAMU</p>	<p>200 PARES SENDO: Nº 34: 08 Nº 35: 10 Nº 36: 12 Nº 37: 10 Nº 38: 32 Nº 39: 36 Nº 40: 40 Nº 41: 20 Nº 42: 20 Nº 43: 06 Nº 44: 06</p>	





PARNAÍBA
PREFEITURA

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

<p>ITEM 04: CAMISETA SAMU 192. Camisa de Malha em cores Azul, malha PV fio 30, com punhos nas mangas na parte frontal impresso da logomarca oficial do SAMU 192 na frente frontal. Costas e lateral, bandeira Brasil e do estado do Piauí manga direita e esquerda logomarca SAMU.</p>	<p>200 UND SENDO: PP: 10 P: 25 M: 55 G: 55 GG: 35 EXG: 20</p>	
<p>ITEM 05: BONÉ SAMU 192. Boné com logomarca SAMU – estampa 7cm de diâmetro na cor azul marinho. Estampa samu 192 nas laterais.</p>	<p>100 UND</p>	
<p>LOTE II - PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - PSM</p>		
<p>ITEM</p>	<p>QUANTIDADE</p>	<p>MODELO</p>
<p>ITEM 01: SCRUB EQUIPE MEDICA Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR PRETO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da</p>	<p>92 UND SENDO: P: 12 M: 30 G: 30 GG: 20</p>	



<p>frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.</p>		
<p>ITEM 02: SCRUB EQUIPE SERVIÇO GERAIS, MAQUEIROS E AUX. DE FARMÁCIA Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR AZUL MARINHO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.</p>	<p>124 UND SENDO: P: 22 M: 40 G: 40 GG: 22</p>	
<p>ITEM 03: SCRUB EQUIPE DE ENFERMAGEM Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR AZUL sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M,</p>	<p>180 UND SENDO: P: 30 M: 90 G: 40 GG: 20</p>	



PARNAÍBA
PREFEITURA

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

G, GG.		
<p>ITEM 04: CAMISETA MANGA CURTA Blusas Manga curta branca (tipo polo na cor azul, tecido algodão, pintada frente logomarca da instituição e costas Pronto Socorro Municipal de Parnaíba. Tamanho P, M, G, GG</p>	<p>110 UND SENDO: P:20 M:30 G:40 GG:20</p>	

LOTE III - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
ITEM	QUANTIDADE	MODELO
<p>ITEM 01: CAMISETA GOLA POLO</p> <p>Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster (ou superior equivalente), cor preta, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras, modelagem unissex.</p> <p>Personalização em silk screen, bordado ou sublimação de alta durabilidade (conforme tecnologia do fornecedor), contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura, conforme arte fornecida pela contratante. Tecido com boa respirabilidade, resistência ao uso contínuo e lavagens frequentes, sem deformação ou desbotamento precoce. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XGG.</p>	<p>34 UND</p> <p>SENDO:</p> <p>P: 01</p> <p>M:15</p> <p>G:14</p> <p>GG:3</p> <p>EGG:1</p>	



PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM 02: COLETE OPERACIONAL

INSTITUCIONAL

Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor preta, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, quatro bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou comprometimento da personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG.

26 UND

SENDO:

P:01

M:09

G:14

GG:2





PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LOTE IV - AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS

ITEM	QUANTIDADE	MODELO
<p>ITEM 01: CAMISETA POLO Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor azul, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa “Agente Comunitário de Saúde”, acompanhada da logomarca da Estratégia Saúde da Família e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação, desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>	<p>534 UND SENDO: P:40 M:260 G:160 GG:60 XG:04 XGG:06 EXG:04</p>	



PARNAÍBA
PREFEITURA

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ITEM 02: CAMISA MANGA LONGA

Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e resistente, na cor branca, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo “Agente Comunitário de Saúde” com identidade visual do programa Saúde da Família no lado esquerdo do peito, além da logomarca institucional da Prefeitura de Parnaíba no lado direito do peito.

Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação “Agente Comunitário de Saúde”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal.

Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo:

Manga esquerda: logomarca do SUS;

Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba.

Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.

**534 UND
SENDO:
P:40
M:260
G:160
GG:60
XG:04
XGG:06
EXG:04**

FRENTE



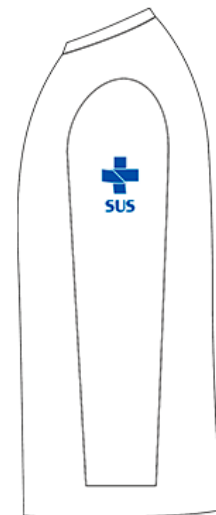
COSTA





PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ESQUERDA



DIREITA

ITEM 03: COLETE OPERACIONAL INSTITUCIONAL

Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor azul, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou

298 UND
SENDO:
P:22
M:136
G:87
GG:39
XG:04
XGG:06
EXG:04





PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos “Agente Comunitário de Saúde” e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação “AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou comprometimento da personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.



ITEM 04: CHAPEU

Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agentes Comunitários de Saúde em atividades externas, confeccionado em tecido leve, resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de

298 UND

Para o tom de **azul-escuro** do chapéu, usar como referência a Escala CMYK - C100 M50 Y0 K40.

Para o tom de **azul-claro** do chapéu, usar como referência a Escala CMYK - C90 M0 Y0 K0.






PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Saúde, Prefeitura Municipal, Estratégia Saúde da Família e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.</p>		
<p>ITEM 05: BOLSA Bolsa tipo carteiro destinada ao uso de Agente Comunitário de Saúde, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo regulável, confeccionada no mesmo material. A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente Comunitário de Saúde, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.</p>	<p>298 UND</p>	 <p>Cor do tecido da bolsa - azul-escuro, usar como referência a Escala CMYK - C100 M50 Y0 K40.</p>

LOTE V - AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE

ITEM	QUANT	MODELO
<p>ITEM 01: CALÇA MASCULINA</p> <p>Calça operacional masculina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo. Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante.</p>	<p>100 UND SENDO: TAM 36: 04 TAM 38: 02 TAM 40: 16 TAM 42: 28 TAM 44: 24 TAM 46: 18 TAM 48: 06 TAM 50: 02</p>	<p>Cor do tecido - CAQUI</p>  <p>FRENTE</p> <p>COSTA</p> <p>FRENTE — TRIO DE LOGOS: "PREFEITURA" + "CCZ" + "SUS"</p>



ITEM 02: CALÇA FEMININA

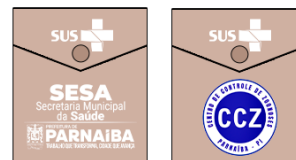
Calça operacional feminina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo.

Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante.

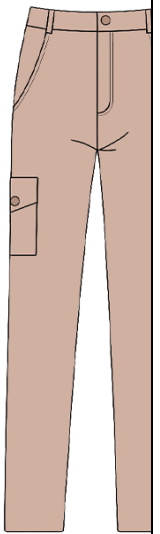
80 UND SENDO:

TAM 36: 06
TAM 38: 16
TAM 40: 18
TAM 42: 14
TAM 44: 14
TAM 46: 08
TAM 48: 04

Cor do tecido - **CAQUI**

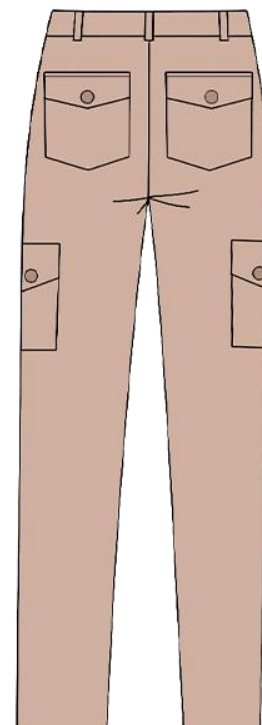


FRENTE



FRENTE — TRIO DE LOGOS:
"PREFEITURA" + "CCZ" + "SUS"

COSTA





PARNAÍBA
PREFEITURA

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ITEM 03: COLETE

Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor cáqui, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos ACE e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS", acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.

**90 UND
SENDO:
P:07
M:31
G:27
GG:21
XG:04**





PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ITEM 04: CAMISA MANGA LONGA

Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e resistente, na cor cáqui, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas, proporcionando conforto, durabilidade e liberdade de movimento para uso diário em atividades externas e internas dos Agentes de Combate as Endemias. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo "Agentes de Combate as Endemias" com identidade visual da logomarca institucional da Prefeitura

180 UND
SENDO:
PP:02
P:14
M:56
G:50
GG:46
XG:12

FRENTE





PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de Parnaíba no lado direito do peito.

Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação “Agentes de Combate as Endemias”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal.

Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo:

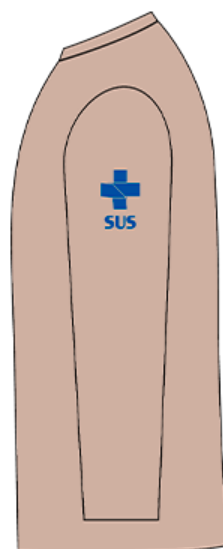
Manga esquerda:

logomarca do SUS;

Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba.

Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.

COSTA



ESQUERDA



DIREITA



PARNAÍBA
PREFEITURA

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM 05: BOLSA

Bolsa tipo carteiro destinada ao uso de Agente de Combate a Endemias, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo regulável, confeccionada no mesmo material.

A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente de Combate a Endemias, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.

90 und



Cor do tecido da bolsa - azul-escuro, usar como referência a Escala CMYK - C100 M50 Y0 K40.



PARNAÍBA
PREFEITURA

**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ITEM 06: CAMISETA
POLO**

Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor CÂQUI, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa “Agente de Combate as Endemias”, acompanhada do brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação, desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.

**90 UND
SENDO:
PP:01
P:09
M:26
G:29
GG:19
XG:06**

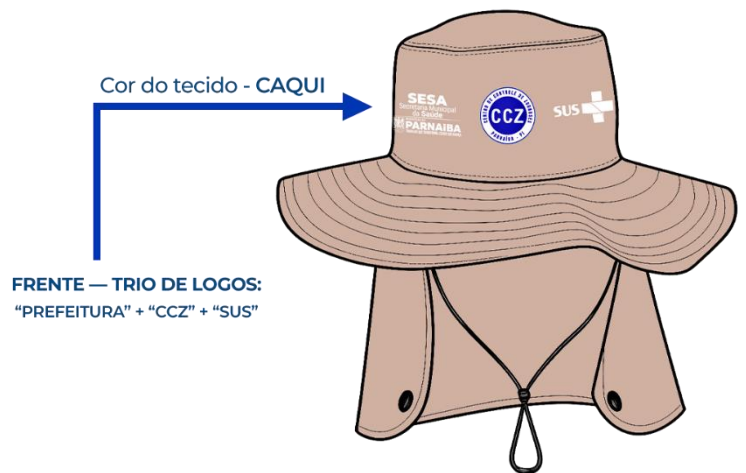




ITEM 07: CHAPEU

Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agente de Combate a Endemias em atividades externas, confeccionado em tecido leve, resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal, e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.

90 UND



ITEM 08: BOTINA

Botina de couro, calçado de proteção dos pés e tornozelos de amarrar tipo Botina, confeccionada em vaqueta na cor Preta, couro hidro fugado, espessura de 1,9mm com três ou quatro costuras no gaspeamento e nos restantes duas costuras, com linha de nylon poliamida, cano com gomos acolchoados, palmilha de resina de couro, solado injetado em poliuretano com ranhuras no solado que permite melhor aderência ao solo, nos tamanhos 35 a 44.

90 PARES
SENDO:
Nº34 – 01
Nº35 – 05
Nº36 – 09
Nº37 – 15
Nº38 – 05
Nº39 – 14
Nº40 – 20
Nº41 – 09
Nº42 – 10
Nº43 - 02





LOTE I – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA (SAMU 192)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO MEDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	MACACÃO OPERACIONAL SAMU 192. TAMANHO 38 ao 58 em RipStop, cor azul marinho N°19-4010 conforme a “Escala de Cores Pantone” (“Pantone Matching System” ou PMS). O fabricante deve ser certificado: (ISO9001:2000); (ISO 14001:2004). O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: (AATCC96), (NBR9925) e (ISO 5081)., costuras em linha poliéster número 80 e número 120 na cor azul escuro, costuras duplas e reforçadas, as costuras da bainha das pernas, mangas e junções internas das entre pernas serão simples, parte interna da gola com etiqueta de identificação do fabricante, composição do tecido usado e número do manequim, impressão bordada na região do peito lateral esquerda, com o símbolo do SAMU 192 11cm por 7cm. Nas costas o símbolo do SAMU 192 com 25cm x 15cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor, entre as faixas refletivas. No braço direito acima da faixa	200	UND	337,59	R\$67.518,00



	<p>refletiva o símbolo do SAMU bordado 11cm x 7cm. Macacão com frente fechada em toda a sua extensão por zíper deverá conter tecido duplo, com costura reforçada com proteção acolchoada, no tamanho proporcional ao manequim. Nas costas duas faixas refletiva no sentido vertical de 5 cm de largura, com início no ombro, até o elástico da cintura, frente com faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua extensão, pernas faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua circunferência a 25 cm da barra, todas de primeira linha. Fitas laterais com espaçamento de 20 mm entre cada uma nas cores laranja na frente e vermelha atrás, ambas com 2.0 cm de largura não desbotáveis e esgarçáveis e costura resistente, iniciando na região do reforço do ombro até à barra e a outra iniciando na cava da manga até a barra do macacão. Com dois bolsos modelo faca, dois bolsos modelo cargo e um bolso fechado com zíper no braço. Mangas removíveis, fixadas com zíper. Roupas consideradas item de segurança, a gramatura do tecido confere proteção UV (Ultravioleta) e a sua modelagem garante</p>				
--	--	--	--	--	--



	proteção do corpo, membros superiores e inferiores				
02	<p>CALÇA RIP STOP SAMU 192. Confeccionada em Tecido Rip Stop Profissional, isenta de elementos metálicos. Fechamento por botões caseados protegidos por aba. Com este sistema essa calça pode ser usada nos mais diversos ambientes desde pântanos até lugares arenosos, sem risco de emperramento, maior facilidade de manutenção dispensando mão de obra especializada. - Sistema de Auto Ajusto. Passadores de cinto duplos, sendo um de tamanho padrão para cintos de 3 cm de largura e outro passador largo reforçado para passagem de cinto de 5 a 6 cm. Dois bolsos frontais internos do tipo faca, com forração no mesmo tecido do corte da calça, com área útil mínima de 15x30 cm. Dois bolsos laterais externos do tipo saco sanfonados, com tampa dupla e fechamento por botões caseados, com área mínima de 20x25 cm, sendo o sanfonado travado a frente do bolso. - Dois bolsos traseiros internos, com forração no mesmo tecido da calça, com área útil mínima de</p>	200	UND	167,37	R\$33.474,00



	<p>15x15 cm e com tampa dupla e fechamento por botões caseados. Reforço duplo nos joelhos, oferecendo maior proteção ao trabalhador, costurado com sobra de tecido que permita conforto e facilidade para flexão do joelho.</p> <p>- Reforço duplo no cavalo da calça, o que oferece maior resistência e durabilidade. Barra com fechamento e ajuste por cordão embutido. - Etiqueta do produto possui composição e instruções de lavagem, e identificação de nossa confecção, conforme CONMETRO resolução 2.</p> <p>Item de segurança: faixas de tecido refletivo MP0010302R3MI25 FITA REFLETIVA 9910 3M 25MM CICLO Domestico, cor prata com 2,5 cm de largura por 20 cm de comprimento, no sentido horizontal na parte inferior das tampas dos bolsos laterais.</p>				
03	<p>COTURNO DE COURO SAMU 192. Couro semi cromo Material do solado: Borracha de baixo desgaste (abrasão) e alto grip (ante escorregamento)Porta objetos laterais fixados nos dois pés com personalização samu 192 Palmilha de conforto em PU de alta performance e com</p>	200	UND	406,68	R\$81.336,00



	altíssima memória (redução de impactos) Borracha para absorção de impactos na parte superior frontal Caneleira reforçada Refletivos de segurança Forração em tecido poliéster de alta transpiração e resistência ao rasgo Peso da bota cano longo Asphalt : 2,200grs o par Numeração Disponível: 34 ao 44 Altura media do Cano: 35 cm PVC. LOGOMARCA SAMU				
04	CAMISETA SAMU 192. Camisa de Malha em cores Azul, malha PV fio 30, com punhos nas mangas na parte frontal impresso da logomarca oficial do SAMU 192 na frente frontal. Costas e lateral, bandeira Brasil e do estado do Piauí manga direita e esquerda logomarca SAMU.	200	UND	59,02	R\$11.804,00
05	BONÉ SAMU 192. Boné com logomarca SAMU – estampa 7cm de diâmetro na cor azul marinho. Estampa samu 192 nas laterais.	100	UND	35,53	R\$3.553,00
LOTE II – PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - PSM					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MEDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SCRUB EQUIPE MEDICA - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR	92	UND	180,00	R\$16.560,00



	<p>PRETO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.</p>				
02	<p>SCRUB EQUIPE SERVIÇO GERAIS, MAQUEIROS E AUX. DE FARMÁCIA - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR AZUL MARINHO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do</p>	124	UND	180,00	R\$22.320,00



	tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.				
03	SCRUB EQUIPE DE ENFERMAGEM - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR AZUL sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG	180	UND	180,00	R\$32.400,00
04	CAMISETA MANGA CURTA - Blusas Manga curta branca (tipo polo na cor azul, tecido algodão, pintada frente logomarca da instituição e costas Pronto Socorro Municipal de Parnaíba. Tamanho P, M, G, GG	110	UND	49,96	R\$5.495,60
LOTE III – VIGILANCIA SANITARIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MEDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAMISETA GOLA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em	34	UND	58,09	R\$1.975,06



	<p>malha piquet 50% algodão e 50% poliéster (ou superior equivalente), cor preta, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras, modelagem unissex. Personalização em silk screen, bordado ou sublimação de alta durabilidade (conforme tecnologia do fornecedor), contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura, conforme arte fornecida pela contratante. Tecido com boa respirabilidade, resistência ao uso contínuo e lavagens frequentes, sem deformação ou desbotamento precoce. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XGG.</p>				
02	<p>COLETE OPERACIONAL INSTITUCIONAL Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor preta, adequado para</p>	26	UND	113,50	R\$2.951,00



<p>atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, quatro bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou</p>				
---	--	--	--	--



	comprometimento da personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG				
LOTE IV - AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MEDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAMISETA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor azul, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa "Agente Comunitário de Saúde", acompanhada da logomarca da Estratégia Saúde da Família e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação	534	UND	58,09	R\$31.020,06



	<p>institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação, desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>				
02	<p>CAMISA MANGA LONGA - Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e resistente, na cor branca, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo "Agente Comunitário de Saúde" com identidade visual do programa Saúde da Família no lado esquerdo do peito, além da logomarca institucional da Prefeitura de Parnaíba no lado direito do peito. Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação "Agente</p>	534	UND	53,62	R\$28.633,08



	<p>Comunitário de Saúde”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal. Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo: Manga esquerda: logomarca do SUS; Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>				
03	<p>COLETE OPERACIONAL INSTITUCIONAL - Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor azul, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela,</p>	298	UND	113,50	R\$33.823,00



	<p>distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos “Agente Comunitário de Saúde” e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação “AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou comprometimento da personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>				
04	<p>CHAPEU - Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agentes Comunitários de Saúde em atividades externas, confeccionado em tecido leve,</p>	298	UND	36,10	R\$10.757,80



	<p>resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal, Estratégia Saúde da Família e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.</p>				
05	<p>BOLSA - Bolsa tipo carteira destinada ao uso de Agente Comunitário de Saúde, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo</p>	298	UND	82,16	R\$24.483,68



	<p>regulável, confeccionada no mesmo material.</p> <p>A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente Comunitário de Saúde, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.</p>				
LOTE V - AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO	VALOR
		DE		MEDIO UNIT.	TOTAL R\$
				R\$	
01	<p>CALÇA MASCULINA - Calça operacional masculina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo. Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos</p>	90	UND	80,50	R\$7.245,00



	bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos 36 a 50.				
02	CALÇA FEMININA - Calça operacional feminina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo. Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos 36 a	90	UND	80,50	R\$7.245,00



	48.				
03	<p>COLETE - Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor cáqui, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos ACE e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "AGENTE DE COMBATE AS</p>	90	Und	113,50	R\$10.215,00



	ENDEMIAS”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.				
04	CAMISA MANGA LONGA - Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e resistente, na cor cáqui, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas, proporcionando conforto, durabilidade e liberdade de movimento para uso diário em atividades externas e internas dos Agentes de Combate as Endemias. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo “Agentes de Combate as Endemias” com identidade visual da logomarca institucional da Prefeitura de Parnaíba no lado direito do peito. Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação “Agentes de Combate as Endemias”, Acompanhada das logomarcas institucionais da	180	UND	53,62	R\$9.651,60



	<p>Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal. Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo: Manga esquerda: logomarca do SUS; Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba.</p> <p>Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG</p>				
05	<p>BOLSA - Bolsa tipo carteira destinada ao uso de Agente de Combate a Endemias, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo regulável, confeccionada no mesmo material. A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente de Combate a Endemias, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e</p>	90	UND	82,16	R\$7.394,40



	Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.				
06	<p>CAMISETA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor CÁQUI, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa "Agente de Combate as Endemias", acompanhada do brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação,</p>	90	UND	58,09	R\$5.228,10



	desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.				
07	CHAPEU - Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agente de Combate a Endemias em atividades externas, confeccionado em tecido leve, resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal, e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.	90	UND	36,10	R\$3.249,00
08	BOTINA - Botina de couro,	90	PAR	142,33	R\$12.809,70

	<p>calçado de proteção dos pés e tornozelos de amarrar tipo Botina, confeccionada em vaqueta na cor Preta, couro hidro fugado, espessura de 1,9mm com três ou quatro costuras no gaspeamento e nos restantes duas costuras, com linha de nylon poliamida, cano com gomos acolchoados, palmilha de resina de couro, solado injetado em poliuretano com ranhuras no solado que permite melhor aderência ao solo, nos tamanhos 35 a 44.</p>				
VALOR TOTAL R\$					R\$471.142,08

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Considerando a diversidade de setores, modelagens, tecidos e especificações técnicas, a adjudicação dos objetos ocorrerá por LOTES, visando ampliar a competitividade e possibilitar melhor gestão contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de aquisição de fardamento funcional, operacional e institucional destinado aos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, contemplando profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Pronto Socorro Municipal, Vigilância Sanitária, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, visando assegurar padronização visual, identificação funcional, segurança ocupacional, conforto ergonômico e melhores condições para execução das atividades desenvolvidas no âmbito da assistência, prevenção, promoção e fiscalização em saúde pública.

A utilização de fardamento padronizado constitui ferramenta essencial para a identificação imediata dos profissionais perante a população usuária dos serviços públicos, autoridades e

demais instituições, além de contribuir para o fortalecimento da identidade institucional da Secretaria Municipal de Saúde, organização administrativa, credibilidade dos serviços prestados e segurança dos servidores durante o exercício de suas atribuições.

Considerando a natureza diversificada das atividades executadas pelos setores contemplados, torna-se indispensável a aquisição de peças específicas, confeccionadas com materiais adequados às condições de uso contínuo, exposição climática, deslocamentos frequentes, atendimentos externos, ações de campo, inspeções sanitárias, visitas domiciliares e atendimentos de urgência e emergência, observando-se as particularidades técnicas e operacionais de cada categoria funcional.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Os fardamentos deverão ser confeccionados com materiais de primeira qualidade, apresentando resistência ao uso contínuo, durabilidade, conforto térmico, mobilidade, acabamento reforçado, resistência a lavagens frequentes, estabilidade de cores e modelagem compatível com as atividades operacionais e externas desenvolvidas pelos servidores, devendo atender às exigências de segurança, ergonomia, identificação funcional e apresentação institucional.

Considerando a necessidade de padronização visual dos profissionais e a identidade institucional dos serviços públicos de saúde, todos os itens a serem fornecidos deverão ser confeccionados em estrita e exata conformidade com os modelos, layouts, desenhos, cores, padrões visuais, posicionamento de logomarcas, inscrições, bordados, serigrafias, faixas refletivas, bolsos, recortes, acabamentos, acessórios, dimensões e demais detalhes técnicos constantes nas imagens ilustrativas e especificações disponibilizadas no Termo de Referência, as quais constituem parte integrante da futura contratação.

Não serão admitidas alterações de design, substituições de materiais, adaptações de layout, modificações de cores, reposicionamento de elementos visuais ou quaisquer divergências em relação aos modelos oficiais apresentados pela Administração, devendo a empresa contratada reproduzir fielmente cada peça conforme os padrões previamente aprovados no Termo de Referência, garantindo total correspondência entre os produtos entregues e as imagens de referência disponibilizadas.

A contratada deverá assegurar uniformidade na produção de todas as peças, observando rigoroso controle de qualidade durante as etapas de confecção, personalização, acabamento

e entrega, podendo a Administração, quando entender necessário, exigir apresentação de amostras físicas para validação prévia dos materiais, modelagens, personalizações e conformidade visual antes da produção definitiva, bem como proceder à recusa de itens que apresentem defeitos de fabricação, inconformidades técnicas ou qualquer divergência em relação às especificações estabelecidas.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 471.142,08** (quatrocentos e setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais e oito centavos), conforme planilha de custos unitários no item 1. deste T.R.

Em se tratando de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

Pesquisa de Preços: Banco de Preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento em **entrega única**, iniciando-se a produção dos itens somente após o encaminhamento da respectiva Nota de Empenho pela contratante à empresa contratada, documento este que formalizará a autorização para execução do fornecimento.

O prazo para confecção, personalização, separação, embalagem, transporte e entrega definitiva dos itens será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do envio formal da Nota de Empenho pela contratante, devendo a contratada observar rigorosamente o cronograma estabelecido, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

- a) A entrega deverá ser feita diretamente no Setor de Almojarifado da Secretaria de Saúde, localizado no cruzamento das **Ruas Anhanguera c/ Pedro Freitas, s/nº, Bairro Piauí, (prédio do CES - próximo a Unidade Básica de Saúde - UBS Samaritana) CEP 64208-120. Parnaíba (PI)**, no horário das 7:30h às 13:30h, de Segunda a Sexta-feira;

Todos os fardamentos deverão ser confeccionados e fornecidos em estrita e integral conformidade com os modelos, layouts, padrões visuais, cores, inscrições, logomarcas, bordados, serigrafias, faixas, recortes, acessórios, acabamentos, especificações técnicas e grade de tamanhos constantes no Termo de Referência, **não sendo admitidas alterações** de design, substituição de materiais, adaptações de layout, divergências de tonalidade, modificações de posicionamento de **elementos visuais ou quaisquer outras desconformidades que descaracterizem os modelos oficialmente aprovados pela Administração.**

A contratada deverá realizar a separação:

- acondicionamento dos itens por setor de destino
- tipo de peça
- numeração/tamanho

devendo os produtos ser entregues devidamente embalados e identificados.

O recebimento dos produtos ocorrerá inicialmente de forma provisória, por servidor designado ou fiscal do contrato, para fins de conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, oportunidade em que serão verificados, entre outros aspectos, a conformidade com as quantidades solicitadas, tamanhos, cores, personalizações, acabamento, qualidade dos materiais empregados e fiel correspondência com as especificações e imagens constantes no Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência, defeito, inconformidade técnica ou visual, especialmente quanto à quantidade, modelagem, cor, tamanho, personalização ou qualquer característica divergente das especificações estabelecidas pela Administração, os itens poderão ser recusados total ou parcialmente, não sendo considerados recebidos para qualquer efeito até a devida regularização pela contratada.

Somente após a verificação da conformidade integral dos itens entregues e a correção de eventuais inconsistências identificadas no recebimento provisório será realizado o recebimento definitivo do objeto, mediante atesto do fiscal do contrato ou servidor formalmente designado pela Administração.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor para atendimento da presente demanda será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos do art. 28, inciso I, combinado com os demais dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021

A adoção do julgamento por lote mostra-se tecnicamente adequada em razão da necessidade de padronização dos itens por categoria profissional, compatibilidade entre materiais, uniformidade visual dos fardamentos e melhor gestão da execução contratual, assegurando maior eficiência administrativa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação ocorrerá mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A Prefeitura de Parnaíba durante a vigência da ata de registro de preços poderá conceder adesão a ata de registro de preços, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por restar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. Tais como: a redução dos gastos e simplificação administrativa, em razão da supressão de vários procedimentos licitatórios semelhantes e homogêneos; a rapidez da contratação e a otimização dos gastos, relativamente à gestão dos recursos financeiros; a definição de quantidades e qualidades a serem contratadas; e a possibilidade de aquisição de bens para diferentes órgãos ou entidades.

O órgão ou ente da administração pública, que pretende aderir a ata de registro de preços será responsável por todas as informações lançadas no sistema compras.gov.br, referentes

ao encaminhamento da adesão.

6. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

Qualificação técnica

Apresentação de:

- Atestado de capacidade técnica compatível com o objeto;
- Comprovação de experiência no fornecimento do objeto;

i. Habilitação jurídica:

Registro comercial, no caso de empresário individual;

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- b) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

ii. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais (Material) ou municipais (Serviço) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

iii. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, dentro do prazo de validade;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis de acordo com a - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I), comprovando;
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar integralmente o objeto contratado, em estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, modelos, cores, layouts, personalizações,

grade de tamanhos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

- Confeccionar e fornecer todos os fardamentos em exata conformidade com as imagens, padrões visuais, logomarcas, inscrições, bordados, serigrafias, acabamentos e demais características técnicas disponibilizadas pela Administração no Termo de Referência;
- Iniciar a produção dos itens somente após o recebimento da respectiva Nota de Empenho emitida pela contratante;
- Realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do envio formal da Nota de Empenho;
- Fornecer produtos novos, de primeiro uso, confeccionados com materiais de primeira qualidade, devidamente acabados e livres de defeitos de fabricação;
- Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de matéria-prima, insumos, mão de obra, equipamentos, transporte, embalagem, carga, descarga e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a contratante;
- Realizar a separação, identificação e acondicionamento dos itens por setor, tipo de peça e respectivos tamanhos, conforme orientação da Administração, de modo a facilitar a conferência e distribuição dos produtos;
- Entregar os produtos no endereço indicado pela contratante, dentro do horário de expediente administrativo;
- Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, os itens recusados no recebimento provisório por apresentarem defeitos, divergências de tamanho, cor, personalização, acabamento ou qualquer desconformidade em relação às especificações constantes no Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pela qualidade, durabilidade, uniformidade e padronização dos produtos fornecidos, garantindo que todas as peças entregues mantenham conformidade entre si;
- Comunicar formalmente à contratante, de imediato, qualquer ocorrência que possa comprometer os prazos ou a perfeita execução do objeto, apresentando as devidas justificativas;
- Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades;

- Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, conforme legislação aplicável.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Proporcionar todas as condições necessárias para a adequada execução do objeto, fornecendo à contratada as informações, orientações, layouts, imagens, especificações técnicas, grade de tamanhos, quantitativos e demais elementos indispensáveis ao fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- Emitir e encaminhar formalmente a respectiva Nota de Empenho, autorizando o início da produção e execução do objeto contratado;
- Designar servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização, conferência e recebimento dos produtos fornecidos, nos termos da legislação vigente;
- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos, quantitativos, padrões de qualidade, personalizações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual;
- Realizar o recebimento provisório dos itens entregues, promovendo a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos, especialmente quanto à conformidade com os modelos, cores, tamanhos, personalizações, acabamentos e demais especificações técnicas previstas;
- Comunicar formalmente à contratadas eventuais falhas, irregularidades, defeitos ou desconformidades identificadas durante o recebimento ou execução contratual, solicitando as devidas correções, substituições ou adequações necessárias;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, modelos ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;
- Efetuar o recebimento definitivo do objeto após verificação da conformidade integral dos produtos entregues e cumprimento de todas as exigências contratuais;
- Efetuar o pagamento à contratada na forma e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, após o atesto do recebimento definitivo e apresentação da documentação fiscal pertinente;

- Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto, para fins de liquidação e pagamento.

10. DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer

forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência da previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parnaíba, 18 de maio de 2026.

Responsável pela elaboração do TR

Nome: Kamilly Alves

Cargo/Função: Assessora Tec. Econômico e Financeiro do FMS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Registro de Preços para eventual e futura Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Confeção de Fardamento para os Profissionais da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

MAIO 2026

Estudo Técnico Preliminar

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Assim o presente estudo preliminar tem como propósito assegurar a viabilidade técnica de **Registro de Preços para eventual e futura Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Confecção de Fardamento para os Profissionais da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.**

Desta forma o presente Estudo Técnico é feito no sentido de estabelecer as diretrizes gerais para a contratação. O objetivo principal deste estudo é, portanto, tornar a licitação do objeto demandado pelo Órgão executável nos moldes da legislação em vigor e atender a necessidade de realização de licitações sustentáveis, como forma de implementação de contratos administrativos com obrigações que atendam e respeitem o desenvolvimento sustentável de matéria ambiental, econômico, social e cultural.

A presente contratação observará os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e se regerá pelos preceitos da Lei 14.133/2021, bem como demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

E, para que a aquisição dos bens ocorra de forma otimizada e atenda aos interesses do município, faz-se necessária a contratação de empresa especializada apta a atingir os objetivos almejados com confiabilidade, segurança e qualidade nos serviços prestados.

1. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de aquisição de fardamento funcional, operacional e institucional destinado aos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, contemplando profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Pronto Socorro Municipal, Vigilância Sanitária, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, visando assegurar padronização visual, identificação funcional, segurança ocupacional, conforto ergonômico e melhores condições para execução das atividades desenvolvidas no âmbito da assistência, prevenção, promoção e fiscalização

em saúde pública.

A utilização de fardamento padronizado constitui ferramenta essencial para a identificação imediata dos profissionais perante a população usuária dos serviços públicos, autoridades e demais instituições, além de contribuir para o fortalecimento da identidade institucional da Secretaria Municipal de Saúde, organização administrativa, credibilidade dos serviços prestados e segurança dos servidores durante o exercício de suas atribuições.

Considerando a natureza diversificada das atividades executadas pelos setores contemplados, torna-se indispensável a aquisição de peças específicas, confeccionadas com materiais adequados às condições de uso contínuo, exposição climática, deslocamentos frequentes, atendimentos externos, ações de campo, inspeções sanitárias, visitas domiciliares e atendimentos de urgência e emergência, observando-se as particularidades técnicas e operacionais de cada categoria funcional.

a) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Os profissionais do SAMU 192 desempenham atividades de atendimento pré-hospitalar móvel, atuando em ocorrências de urgência e emergência clínicas, traumáticas, obstétricas, psiquiátricas e demais situações que demandem resposta rápida e assistência imediata à população, em ambientes diversos e, muitas vezes, sob condições adversas, incluindo vias públicas, áreas de difícil acesso, períodos noturnos e situações de risco operacional.

Em razão dessas características, faz-se necessária a aquisição de fardamento operacional padronizado conforme identidade visual do SAMU 192, composto por macacões, calças, camisas, bonés e botas, confeccionados com materiais resistentes, confortáveis e apropriados às exigências da atividade, proporcionando mobilidade, proteção, durabilidade, identificação visual imediata e segurança durante as operações de atendimento.

b) Pronto Socorro Municipal

Os profissionais lotados no Pronto Socorro Municipal executam atividades contínuas de acolhimento, triagem, atendimento assistencial, procedimentos clínicos e suporte aos pacientes em situações de urgência e emergência, mantendo contato direto e permanente com usuários dos serviços de saúde.

Dessa forma, torna-se necessária a disponibilização de fardamento padronizado que favoreça a identificação funcional, organização interna dos serviços, apresentação profissional e condições adequadas de conforto durante jornadas prolongadas.

c) Vigilância Sanitária

Os servidores vinculados à Vigilância Sanitária realizam atividades de fiscalização, inspeção, monitoramento, orientação técnica e ações regulatórias em estabelecimentos comerciais, industriais, assistenciais, farmacêuticos, alimentícios e demais locais sujeitos ao controle sanitário municipal.

Por se tratar de atividade externa, com deslocamentos frequentes e contato direto com representantes de estabelecimentos fiscalizados e população em geral, torna-se indispensável a utilização de peças de identificação institucional, especificamente blusas e coletes padronizados de fiscais da Vigilância Sanitária, permitindo pronta identificação da autoridade sanitária durante as ações fiscais, conferindo legitimidade institucional, segurança funcional e transparência na execução das inspeções.

d) Agentes Comunitários de Saúde – ACS

Os Agentes Comunitários de Saúde desempenham atividades estratégicas de promoção da saúde e prevenção de doenças, realizando visitas domiciliares regulares, cadastramento de famílias, acompanhamento de grupos prioritários, orientação comunitária, levantamento de informações epidemiológicas e articulação entre comunidade e serviços de saúde.

Em razão da execução predominante de atividades externas, com exposição prolongada ao sol, calor, chuvas e deslocamentos diários em áreas urbanas e rurais, faz-se necessária a aquisição de fardamento composto por blusas de manga longa, calças, bolsas laterais funcionais e chapéus de proteção solar, garantindo identificação institucional, proteção contra agentes climáticos, praticidade no transporte de materiais de trabalho e melhores condições ergonômicas para execução das atividades.

e) Agentes de Combate às Endemias – ACE

Os Agentes de Combate às Endemias executam ações de vigilância epidemiológica e ambiental, incluindo inspeção de imóveis, eliminação de criadouros, aplicação de medidas de

controle vetorial, orientação da população, coleta de informações de campo e monitoramento de áreas de risco relacionadas à proliferação de vetores e doenças endêmicas.

As atividades são desenvolvidas predominantemente em ambientes externos, terrenos irregulares, áreas alagadas, locais com vegetação, resíduos e potenciais riscos ocupacionais, demandando vestimentas apropriadas para proteção, mobilidade e identificação institucional.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de fardamento composto por blusas de manga longa, calças, bolsas laterais, chapéus de proteção solar e botas de segurança, proporcionando proteção contra exposição solar, agentes físicos, umidade, terrenos acidentados e demais condições inerentes à atividade de campo.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação pretendida é indispensável para assegurar a continuidade, qualidade, segurança, padronização e eficiência dos serviços públicos de saúde executados no âmbito municipal, atendendo às necessidades operacionais dos diversos setores contemplados e promovendo melhores condições de trabalho aos servidores.

2. Requisitos da contratação

Os fardamentos deverão ser confeccionados com materiais de primeira qualidade, apresentando resistência ao uso contínuo, durabilidade, conforto térmico, mobilidade, acabamento reforçado, resistência a lavagens frequentes, estabilidade de cores e modelagem compatível com as atividades operacionais e externas desenvolvidas pelos servidores, devendo atender às exigências de segurança, ergonomia, identificação funcional e apresentação institucional.

Considerando a necessidade de padronização visual dos profissionais e a identidade institucional dos serviços públicos de saúde, todos os itens a serem fornecidos deverão ser confeccionados em estrita e exata conformidade com os modelos, layouts, desenhos, cores, padrões visuais, posicionamento de logomarcas, inscrições, bordados, serigrafias, faixas refletivas, bolsos, recortes, acabamentos, acessórios, dimensões e demais detalhes técnicos constantes nas imagens ilustrativas e especificações disponibilizadas no Termo de Referência, as quais constituem parte integrante da futura contratação.

Não serão admitidas alterações de design, substituições de materiais, adaptações de layout, modificações de cores, reposicionamento de elementos visuais ou quaisquer divergências em relação aos modelos oficiais apresentados pela Administração, devendo a empresa contratada reproduzir fielmente cada peça conforme os padrões previamente aprovados no Termo de Referência, garantindo total correspondência entre os produtos entregues e as imagens de referência disponibilizadas.

A contratada deverá assegurar uniformidade na produção de todas as peças, observando rigoroso controle de qualidade durante as etapas de confecção, personalização, acabamento e entrega, podendo a Administração, quando entender necessário, exigir apresentação de amostras físicas para validação prévia dos materiais, modelagens, personalizações e conformidade visual antes da produção definitiva, bem como proceder à recusa de itens que apresentem defeitos de fabricação, inconformidades técnicas ou qualquer divergência em relação às especificações estabelecidas.

3. Estimativa das quantidades

As quantidades serão definidas com base no levantamento atualizado do quadro funcional ativo em cada setor, considerando:

- número de servidores efetivos;
- contratados temporários;
- necessidade de reposição;
- quantitativo mínimo de peças por servidor.

LOTE I – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA (SAMU 192)			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	MACACÃO OPERACIONAL SAMU 192. TAMANHO 38 ao 58 em RipStop, cor azul marinho N°19-4010 conforme a “Escala de Cores Pantone” (“Pantone Matching System” ou PMS). O fabricante deve ser certificado: (ISO9001:2000); (ISO 14001:2004). O tecido deve ter resistência certificada nos seguintes testes: (AATCC96), (NBR9925) e (ISO 5081).,	200	UND



	<p>costuras em linha poliéster número 80 e número 120 na cor azul escuro, costuras duplas e reforçadas, as costuras da bainha das pernas, mangas e junções internas das entre pernas serão simples, parte interna da gola com etiqueta de identificação do fabricante, composição do tecido usado e número do manequim, impressão bordada na região do peito lateral esquerda, com o símbolo do SAMU 192 11cm por 7cm. Nas costas o símbolo do SAMU 192 com 25cm x 15cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor, entre as faixas refletivas. No braço direito acima da faixa refletiva o símbolo do SAMU bordado 11cm x 7cm. Macacão com frente fechada em toda a sua extensão por zíper deverá conter tecido duplo, com costura reforçada com proteção acolchoada, no tamanho proporcional ao manequim. Nas costas duas faixas refletiva no sentido vertical de 5 cm de largura, com início no ombro, até o elástico da cintura, frente com faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua extensão, pernas faixa refletiva com 5 cm de largura em toda a sua circunferência a 25 cm da barra, todas de primeira linha. Fitas laterais com espaçamento de 20 mm entre cada uma nas cores laranja na frente e vermelha atrás, ambas com 2.0 cm de largura não desbotáveis e esgarçáveis e costura resistente, iniciando na região do reforço do ombro até à barra e a outra iniciando na cava da manga até a barra do macacão. Com dois bolsos modelo faca, dois bolsos modelo cargo e um bolso fechado com zíper no braço. Mangas</p>		
--	---	--	--

	removíveis, fixadas com zíper. Roupas consideradas item de segurança, a gramatura do tecido confere proteção UV (Ultravioleta) e a sua modelagem garante proteção do corpo, membros superiores e inferiores		
02	<p>CALÇA RIP STOP SAMU 192. Confeccionada em Tecido Rip Stop Profissional, isenta de elementos metálicos. Fechamento por botões caseados protegidos por aba. Com este sistema essa calça pode ser usada nos mais diversos ambientes desde pântanos até lugares arenosos, sem risco de emperramento, maior facilidade de manutenção dispensando mão de obra especializada. - Sistema de Auto Ajusto. Passadores de cinto duplos, sendo um de tamanho padrão para cintos de 3 cm de largura e outro passador largo reforçado para passagem de cinto de 5 a 6 cm. Dois bolsos frontais internos do tipo faca, com forração no mesmo tecido do corte da calça, com área útil mínima de 15x30 cm. Dois bolsos laterais externos do tipo saco sanfonados, com tampa dupla e fechamento por botões caseados, com área mínima de 20x25 cm, sendo o sanfonado travado a frente do bolso. - Dois bolsos traseiros internos, com forração no mesmo tecido da calça, com área útil mínima de 15x15 cm e com tampa dupla e fechamento por botões caseados. Reforço duplo nos joelhos, oferecendo maior proteção ao trabalhador, costurado com sobre de tecido que permita conforto e facilidade para flexão do joelho. - Reforço duplo no cavalo da calça, o que oferece maior resistência e durabilidade. Barra com</p>	200	UND

	<p>fechamento e ajuste por cordão embutido. - Etiqueta do produto possui composição e instruções de lavagem, e identificação de nossa confecção, conforme CONMETRO resolução 2.</p> <p>Item de segurança: faixas de tecido refletivo MP0010302R3MI25 FITA REFLETIVA 9910 3M 25MM CICLO Domestico, cor prata com 2,5 cm de largura por 20 cm de comprimento, no sentido horizontal na parte inferior das tampas dos bolsos laterais.</p>		
03	<p>COTURNO DE COURO SAMU 192. Couro semi cromo Material do solado: Borracha de baixo desgaste (abrasão) e alto grip (ante escorregamento) Porta objetos laterais fixados nos dois pés com personalização samu 192 Palmilha de conforto em PU de alta performance e com altíssima memória (redução de impactos) Borracha para absorção de impactos na parte superior frontal Caneleira reforçada Refletivos de segurança Forração em tecido poliéster de alta transpiração e resistência ao rasgo Peso da bota cano longo Asphalt : 2,200grs o par Numeração Disponível: 34 ao 44 Altura media do Cano: 35 cm PVC. LOGOMARCA SAMU</p>	200	UND
04	<p>CAMISETA SAMU 192. Camisa de Malha em cores Azul, malha PV fio 30, com punhos nas mangas na parte frontal impresso da logomarca oficial do SAMU 192 na frente frontal. Costas e lateral, bandeira Brasil e do estado do Piauí manga direita e esquerda logomarca SAMU.</p>	200	UND
05	<p>BONÉ SAMU 192. Boné com logomarca SAMU – estampa 7cm de diâmetro na cor azul marinho.</p>	100	UND

	Estampa samu 192 nas laterais.		
LOTE II – PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - PSM			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	SCRUB EQUIPE MEDICA - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR PRETO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.	92	UND
02	SCRUB EQUIPE SERVIÇO GERAIS, MAQUEIROS E AUX. DE FARMÁCIA - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na COR AZUL MARINHO, sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG.	124	UND
03	SCRUB EQUIPE DE ENFERMAGEM - Pijama cirúrgico unissex em tecido 100% algodão na	180	UND

	COR AZUL sem gola e em decote v, em tecido brim, com mangas curtas. Camisa com dois bolsos chapado na parte frontal inferior, na parte externa superior no lado esquerdo do peito bordado o emblema do pronto socorro municipal de Parnaíba. A calça com dois bolsos chapado na parte inferior externa da frente. Barra da roupa pespontada com 3cm de virar para dentro. Cintura com cadarço e elástico. A cor do aviamento deverá ser a cor do tecido. Tamanhos: P, M, G, GG		
04	CAMISETA MANGA CURTA - Blusas Manga curta branca (tipo polo na cor azul, tecido algodão, pintada frente logomarca da instituição e costas Pronto Socorro Municipal de Parnaíba. Tamanho P, M, G, GG	110	UND
LOTE III – VIGILANCIA SANITARIA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	CAMISETA GOLA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster (ou superior equivalente), cor preta, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras, modelagem unissex. Personalização em silk screen, bordado ou sublimação de alta durabilidade (conforme tecnologia do fornecedor), contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura, conforme arte fornecida pela contratante. Tecido com boa respirabilidade, resistência ao uso	34	UND

	contínuo e lavagens frequentes, sem deformação ou desbotamento precoce. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XGG.		
02	<p>COLETE OPERACIONAL INSTITUCIONAL</p> <p>Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor preta, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, quatro bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca da Vigilância Sanitária e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou comprometimento da</p>	26	UND



	personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG		
LOTE IV - AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	CAMISETA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor azul, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa "Agente Comunitário de Saúde", acompanhada da logomarca da Estratégia Saúde da Família e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação, desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.	534	UND
02	CAMISA MANGA LONGA - Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e	534	UND

	<p>resistente, na cor branca, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo “Agente Comunitário de Saúde” com identidade visual do programa Saúde da Família no lado esquerdo do peito, além da logomarca institucional da Prefeitura de Parnaíba no lado direito do peito. Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação “Agente Comunitário de Saúde”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal. Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo: Manga esquerda: logomarca do SUS; Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>		
03	<p>COLETE OPERACIONAL INSTITUCIONAL - Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster, cor azul, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso</p>	298	UND

	<p>contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos “Agente Comunitário de Saúde” e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação “AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, sem deformação, desbotamento precoce ou comprometimento da personalização. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>		
04	<p>CHAPEU - Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agentes Comunitários de Saúde em atividades externas, confeccionado em tecido leve, resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com</p>	298	UND

	logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal, Estratégia Saúde da Família e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.		
05	<p>BOLSA - Bolsa tipo carteira destinada ao uso de Agente Comunitário de Saúde, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo regulável, confeccionada no mesmo material.</p> <p>A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente Comunitário de Saúde, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.</p>	298	UND
LOTE V - AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	CALÇA MASCULINA - Calça operacional masculina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo. Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos	90	UND

	utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos 36 a 50.		
02	CALÇA FEMININA - Calça operacional feminina, confeccionada em tecido tipo Brim, na cor cáqui, adequada para atividades externas e uso contínuo. Modelo com corte anatômico, cós com passantes para cinto, fechamento frontal por zíper e botão, bolsos laterais e bolsos utilitários tipo cargo, proporcionando funcionalidade e conforto durante as atividades laborais. A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento de qualidade e resistência a lavagens frequentes. Na parte lateral dos bolsos, deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal, CCZ e SUS, aplicadas por bordado, silk-screen ou tecnologia equivalente, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos 36 a 48.	90	UND
03	COLETE - Colete operacional institucional, modelo unissex, sem mangas, confeccionado em tecido tipo brim, sarja, rip stop ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com composição mínima em algodão e poliéster,	90	Und

	<p>cor cáqui, adequado para atividades externas de fiscalização e inspeção de campo. Possui fechamento frontal por zíper reforçado de alta resistência, acabamento com costuras reforçadas e modelagem que proporcione conforto, mobilidade e ergonomia durante o uso contínuo. Dotado de, no mínimo, três bolsos frontais funcionais com lapela, distribuídos na parte superior e inferior, destinados ao acondicionamento de documentos, instrumentos, equipamentos e materiais de apoio. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal logomarca dos ACE e brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação "AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS", acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e demais órgãos, conforme arte fornecida pela contratante. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>		
04	<p>CAMISA MANGA LONGA - Camisa manga longa confeccionada em malha confortável e resistente, na cor cáqui, modelo unissex, gola redonda com acabamento em ribana e costuras reforçadas, proporcionando conforto, durabilidade e liberdade de movimento para uso diário em atividades externas e internas dos Agentes de Combate as Endemias. A peça possui mangas longas com modelagem reta e acabamento simples nos punhos. Na parte</p>	180	UND

	<p>frontal, apresenta aplicação em silk screen do logotipo “Agentes de Combate as Endemias” com identidade visual da logomarca institucional da Prefeitura de Parnaíba no lado direito do peito. Na parte traseira, contém impressão centralizada em destaque com a identificação “Agentes de Combate as Endemias”, acompanhada das logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de Parnaíba e Governo Federal. Nas mangas, possui personalização em silk screen, sendo: Manga esquerda: logomarca do SUS; Manga direita: logomarcas da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura de Parnaíba.</p> <p>Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG</p>		
05	<p>BOLSA - Bolsa tipo carteiro destinada ao uso de Agente de Combate a Endemias, confeccionada em material sintético, de fácil higienização, na cor azul-escuro, referência aproximada CMYK C100 M50 Y0 K40. Modelo com formato retangular, estrutura semirrígida, fechamento frontal por aba sobreposta, costuras reforçadas em todo o perímetro. Dotada de alça tiracolo regulável, confeccionada no mesmo material. A parte frontal deverá conter impressão serigráfica, silk-screen, bordado ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, com identificação visual institucional do Sistema Único de Saúde – SUS, Agente de Combate a Endemias, Ministério da Saúde, Governo Federal, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura, conforme arte a ser fornecida pela contratante.</p>	90	UND

06	<p>CAMISETA POLO - Camisa tipo polo institucional, manga curta, confeccionada em malha piquet, poliéster, algodão ou material equivalente de alta qualidade e durabilidade, com composição mínima que proporcione conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo e a lavagens frequentes, cor CÁQUI, gola tradicional com fechamento frontal em botões, acabamento reforçado em costuras e modelagem unissex, adequada para uso em atividades laborais internas e externas. Personalização permanente em silk screen, bordado computadorizado, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, contendo na parte frontal identificação institucional do programa “Agente de Combate as Endemias”, acompanhada do brasão/logomarca institucional do Município, e na parte posterior identificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal, conforme arte fornecida pela contratante. O produto deverá apresentar resistência à deformação, desbotamento precoce ou desprendimento da personalização, mantendo suas características originais durante toda sua vida útil. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG, XG, XGG e EXG.</p>	90	UND
07	<p>CHAPEU - Chapéu tipo australiano ou legionário, destinado ao uso de Agente de Combate a Endemias em atividades externas, confeccionado em tecido leve, resistente, com proteção contra raios solares. Modelo composto por copa estruturada, aba larga e flexível em toda</p>	90	UND

	<p>sua extensão, além de proteção complementar para nuca e laterais removível ou fixa, garantindo maior cobertura da região cervical e auricular. Dotado de sistema de ajuste por cordão ou tira regulável para fixação sob o queixo. A parte frontal deverá conter personalização com logomarcas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal, e Sistema Único de Saúde – SUS, aplicadas por meio de bordado, silk-screen, sublimação ou tecnologia equivalente de alta durabilidade, conforme arte fornecida pela contratante.</p>		
08	<p>BOTINA - Botina de couro, calçado de proteção dos pés e tornozelos de amarrar tipo Botina, confeccionada em vaqueta na cor Preta, couro hidro fugado, espessura de 1,9mm com três ou quatro costuras no gaspeamento e nos restantes duas costuras, com linha de nylon poliamida, cano com gomos acolchoados, palmilha de resina de couro, solado injetado em poliuretano com ranhuras no solado que permite melhor aderência ao solo, nos tamanhos 35 a 44.</p>	90	PAR

4. Levantamento de mercado

Em atendimento ao disposto na legislação vigente e com o objetivo de identificar a solução mais adequada para suprir a necessidade administrativa apresentada, foi realizado levantamento de mercado, bem como análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando identificar modelos de fornecimento disponíveis, práticas adotadas pelo mercado, viabilidade técnica e aderência às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde.

A partir das pesquisas realizadas, foram identificadas duas soluções potencialmente aptas ao atendimento da demanda administrativa:

I. ALTERNATIVA 01

Consiste na aquisição de peças previamente confeccionadas e padronizadas, disponíveis comercialmente no mercado, com posterior aplicação de elementos de personalização, tais como logomarcas institucionais, inscrições funcionais, bordados, serigrafias e demais identificações visuais necessárias. Trata-se de solução amplamente ofertada por fornecedores do segmento.

Vantagens:

- maior disponibilidade imediata dos produtos;
- redução do prazo de entrega;
- ampliação da competitividade

Entretanto, durante a análise técnica dessa alternativa, verificou-se que a utilização de peças prontas pode apresentar limitações relevantes quanto à fiel reprodução dos padrões visuais e funcionais exigidos pela Administração, especialmente em relação às modelagens específicas, posicionamento de elementos gráficos, aplicação de faixas refletivas, recortes estruturais, padrões de costura, ergonomia e demais características particulares dos fardamentos destinados aos profissionais. Além disso, a adaptação de peças previamente confeccionadas pode comprometer a uniformidade visual entre os servidores e limitar o atendimento integral aos padrões institucionais estabelecidos pela Administração.

II. ALTERNATIVA 02

consiste na contratação de empresa especializada para confecção sob demanda, com produção integral das peças de acordo com especificações técnicas, layouts, modelagens, dimensões, materiais, cores, acabamentos e elementos de identificação visual previamente definidos pela Administração. Nessa modalidade, os itens são produzidos especificamente para atendimento da necessidade pública, possibilitando total adequação às particularidades operacionais de cada categoria profissional contemplada.

Vantagens:

- maior precisão na reprodução dos padrões;
- maior controle sobre a qualidade dos materiais;
- conforto, segurança e funcionalidade;

- possibilidade de definição específica de modelos, layout e bordados.

Embora esta alternativa possa demandar prazo de produção superior quando comparada à aquisição de peças prontas, tal condição não compromete a vantajosidade da solução, considerando os ganhos obtidos em qualidade, padronização, durabilidade, adequação técnica e redução de riscos relacionados ao fornecimento de itens em desconformidade com as especificações exigidas.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para confecção sob demanda apresenta maior aderência ao interesse público e às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde, mostrando-se tecnicamente mais adequada, operacionalmente mais eficiente e economicamente mais vantajosa no contexto da presente contratação, razão pela qual esta solução é indicada como a alternativa mais apropriada para atendimento da demanda.

5. Estimativa do preço da contratação

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em pesquisa de preços obtida por meio de consulta a banco de dados público, contemplando contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública.

Com base na média dos valores identificados, o custo global estimado para a contratação é de **R\$ 471.142,08 (quatrocentos e setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais e oito centavos).**

Ressalta-se que a estimativa apresentada tem caráter referencial, podendo sofrer variações conforme as propostas apresentadas no processo licitatório, observando-se sempre os princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública, conforme disposto na Lei 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução compreende o fornecimento completo das peças de vestuário e acessórios necessários ao desempenho das atividades de cada categoria profissional, incluindo, conforme a necessidade de cada setor, macacões operacionais, calças, camisas, blusas de manga longa, coletes funcionais, bonés, chapéus de proteção, bolsas laterais, botas e demais itens correlatos, todos devidamente personalizados com identidade visual institucional,

inscrições funcionais, logomarcas oficiais, bordados, serigrafias, faixas refletivas e demais elementos gráficos definidos pela Administração.

A empresa a ser contratada deverá responsabilizar-se por todas as etapas necessárias à perfeita execução do objeto, compreendendo aquisição de matérias-primas, desenvolvimento e adequação de modelagens, corte, costura, aplicação de personalizações, bordados, acabamentos, montagem, revisão de qualidade, embalagem individualizada, separação por tamanhos e categorias funcionais, transporte e entrega dos produtos em local definido pela contratante, garantindo que todos os itens sejam entregues em perfeitas condições de uso e em total conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A solução adotada deverá assegurar a fiel reprodução dos modelos oficiais previamente definidos pela Administração, observando rigorosamente as imagens ilustrativas, layouts, padrões de cores, posicionamento de logomarcas, inscrições, recortes, bolsos funcionais, faixas refletivas, acessórios e demais características visuais e construtivas constantes no Termo de Referência, garantindo uniformidade visual, padronização institucional e adequada identificação funcional dos servidores perante a população e demais órgãos públicos.

7. Viabilidade da contratação

A contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

Considerando a diversidade de setores, modelagens, tecidos e especificações técnicas, recomenda-se o parcelamento por lotes, visando ampliar a competitividade e possibilitar melhor gestão contratual.

Exemplo de lotes:

- **Lote 1:** Fardamento SAMU;
- **Lote 2:** Pronto Socorro;

- **Lote 3:** Vigilância Sanitária;
- **Lote 4:** Agentes Comunitários de Saúde - ACS;
- **Lote 5:** Agente Comunitários de Endemias - ACE.

8. Resultados Pretendidos

- Redução da lentidão do sistema PEC
- Melhoria no tempo de resposta das aplicações
- Garantia de continuidade dos serviços de saúde
- Segurança e integridade das informações
- Manutenção dos repasses financeiros vinculados ao sistema
- Possibilidade de expansão futura da infraestrutura

Parnaíba, 12 de maio de 2026.

Responsável pela elaboração do ETP

Nome: Kamilly Alves

Cargo/Função: Assessora Tec. Econômico e Financeiro do FMS

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 30273/2026

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SESA.

A Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, como sede administrativa na cidade de Parnaíba/PI, representada neste ato por seu titular xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, RG xxxxxxxxx, e CPF nºxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede administrativa na Rua Itaúna, n.º 1434, doravante denominada DETENTOR/CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, estabelecida

na _____, inscrita no CNPJ sob o n.º____ e com Inscrição Estadual nº _____, doravante denominada BENEFICIÁRIA/CONTRATADA, neste ato representada por seu _____, portador da Cédula de Identidade n.º____ e CPF n.º____, residente e domiciliado na Rua _____, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462 de 31.03.2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações e Decretos Municipais nº. 002/2024 e 003/2024; considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Administrativo 30273/2026 em referência, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SESA**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2026**, para atender demanda da UNIDADE(S) REQUISITANTE(S).

1.2 Integra esta Ata de Registro de Preços o Termo de Referência na íntegra, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.3. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório para os itens encontram-se indicados no quadro abaixo:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

1.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DA VIGÊNCIA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 O ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

2.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.4 A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

2.5 A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO FORNECIMENTO DOS BENS:

3.1 Os órgãos/entes deverão emitir Ordens de Fornecimento ou de serviço – ou instrumento equivalente – contendo quantidade, discriminação dos bens, preço unitário e total conforme Termo de Referência, com conseqüente Empenho Prévio, aos detentores da Ata, depois de consulta formulada à Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, responsável pelo gerenciamento do Registro de Preços.

3.1.1 O prazo máximo de atendimento da demanda para o fornecimento dos itens requisitados será de **ATÉ 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS**, após a solicitação do setor requisitante, conforme a necessidade da Secretaria.

3.2 O fornecimento dos bens e serviços objetos desta licitação serão solicitados diretamente à(s) detentora(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos itens, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

3.3 Todos os ônus decorrentes do fornecimento dos serviços e dos eventuais reparos ou substituições de materiais fornecidos, deverão ser realizados às exclusivas expensas da(s) detentora(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para o Contratante.

3.4 Os objetos deverão ser fornecidos, após solicitação formal, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI para qualquer das unidades dos órgãos e entes estatais(s) nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, dentro do Município de Parnaíba - PI. Caso a solicitação refira-se à serviços a ser realizado em município diverso, a(s) detentora(s), caso necessário, deverão acrescer os custos exclusivamente indispensáveis relativos ao frete, valores que deverão passar sob o crivo do órgão/ente solicitante.

3.5 Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento do objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento das diversas unidades requisitantes sofram qualquer solução de continuidade.

3.6 A Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições

3.7 A forma de solicitação poderá ser parcelada e o pedido será por meio de ordem de fornecimento enviada com a Nota de Empenho anexada.

3.8 O prazo de entrega será contabilizado da data do recebimento da solicitação pela contratada.

3.9 As entregas deverão ser realizadas pela Contratada, de segunda a sexta, no horário de expediente compreendido entre 7:30h as 13:30h. em local a ser indicado pela contratante.

3.10 Para efeito de recebimento dos produtos será observada as quantidades e qualidades de acordo com a descrição dos produtos. As datas de entrega, assim como os quantitativos, deverão ser acordadas previamente com a contratante, o qual irá receber os materiais, sem ônus de frete para a mesma.

3.11 A contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, e que os mesmos estejam em total conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, bem como efetuar a substituição totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou danificado.

3.12 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

3.13 Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

3.14 No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

3.15 A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, ainda que verificados posteriormente.

3.16 Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

3.17 O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa,

nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Unidade Requisitante, sendo assegurado os valores de atualização por atraso no pagamento.

4.2. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Unidade Requisitante esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

4.3. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à empresa beneficiária para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

4.4. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à empresa contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação do índice aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante e a data do efetivo pagamento.

4.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

4.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do Edital e do Contrato.

4.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos bens ou de atualização monetária por atraso de pagamento;

4.8. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida.

4.9. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do contratado, por transferência eletrônica.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 5.4.

5.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).

e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

5.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

5.6 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso, se não a reconsiderar no prazo de 5

(cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

5.7 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “f” e “g” da Cláusula 5.4 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, “c”, “d” e “e”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

5.9. As multas previstas no item 5.4 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento dela não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

5.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

5.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

5.12. A aplicação das sanções previstas no item 5.4 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

5.14 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Central de Licitações e Contratos Administrativos – CLCA todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

5.15 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6. DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA; E DO PREÇO REGISTRADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua eventual atualização, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.4 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora

deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal nº 11.462/23.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/23, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 35. do Decreto Federal nº 11.462/23.

6.8 A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;
- b) quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- c) nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;
- d) nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no

mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP;

e) por razões de interesse público, devidamente comprovado em processo administrativo próprio;

f) por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

g) quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

h) quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

j) por ordem judicial.

6.9 A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DOM.

6.10 A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

6.11 O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

6.12 O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

Da Formação de Cadastro de Reserva:

6.13 Nos termos do Artigo 34, VII do Decreto Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2024, é prevista a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor.

6.14 A classificação dos integrantes do cadastro de reserva obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou do resultado final da fase de lances.

6.15 A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva ocorrerá quando:

- O licitante vencedor for convocado e não assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo e condições estabelecidos, e
- Houver cancelamento total ou parcial do registro de preços do licitante detentor da ARP.

6.16 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e eventual solicitação de apresentação de amostra será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

7.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

7.2 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

7.3 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 7.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 7.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

7.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, informando à esta Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI da celebração do contrato e/ou Nota de Empenho com o objetivo de controle dos quantitativos.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços

registrados;

9.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

9.4 Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tinha recebido indevidamente.

10. FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Parnaíba-PI para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º XXXX/2026 – PMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 30273/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE XXXX A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXX, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

1.0 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

A Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 06.554.430/0001-31, como sede administrativa na Cidade de Parnaíba/PI, através da SECRETARIA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado (a) pelo(a) Senhor(a), XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro (a), (ocupação), inscrita(a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/UF, residente e domiciliado na cidade na XXXXXXXX, Bairro XXXXX, na cidade de XXXXXXXX-PI, doravante denominado abreviadamente de CONTRATANTE; de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrito (a) no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX-UF, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), ocupação, portador RG nº XXXXXXXX SSP-UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX-UF; nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462 de 31.03.2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações e Decretos Municipais nº. 002/2024 e 003/2024; considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2026**, firmam o presente contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FONECIMENTO E CONFECÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SESA**, conforme especificações técnicas detalhadas constantes do Anexo I do edital

do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026, parte integrante deste edital como se aqui estivesse transcrito.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2026 e seus anexos para fornecimento dos seguintes itens:

ORDEM/ REQUISIÇÃO	Objeto	UND	QTD	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	XXX	XXX
2	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	XXX	XXX
3	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	XXX	XXX
TOTAL					R\$ xxxxxx

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos previstos, que é de pleno conhecimento das partes, de acordo com a proposta comercial.

2.3. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1 O(s) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX fornecidos de acordo com o caso, deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes dos anexos do edital do Pregão Eletrônico em referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA ENTREGA DO OBJETO

4.1 O prazo de fornecimento do objeto deste contrato será em conformidade com o Termo de Referência do Pregão Eletrônico em referência salvo outro prazo acordado entre as partes e de interesse da Administração.

4.2 O prazo máximo de atendimento da demanda para o fornecimento dos produtos requisitados será de **ATÉ 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS** após a solicitação do setor requisitante, conforme a necessidade da Secretaria, estipuladas no Termo de Referência e na proposta de preços,

ou ainda outro prazo conforme interesse da administração e disponibilidade da empresa.

4.3 A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento em **entrega única**, iniciando-se a produção dos itens somente após o encaminhamento da respectiva Nota de Empenho pela contratante à empresa contratada, documento este que formalizará a autorização para execução do fornecimento.

4.4 O prazo para confecção, personalização, separação, embalagem, transporte e entrega definitiva dos itens será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do envio formal da Nota de Empenho pela contratante, devendo a contratada observar rigorosamente o cronograma estabelecido, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

- a) A entrega deverá ser feita diretamente no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde, localizado no cruzamento das **Ruas Anhanguera c/ Pedro Freitas, s/nº, Bairro Piauí, (prédio do CES - próximo a Unidade Básica de Saúde - UBS Samaritana) CEP 64208-120. Parnaíba (PI)**, no horário das 7:30h às 13:30h, de Segunda a Sexta-feira;
- b) Todos os fardamentos deverão ser confeccionados e fornecidos em estrita e integral conformidade com os modelos, layouts, padrões visuais, cores, inscrições, logomarcas, bordados, serigrafias, faixas, recortes, acessórios, acabamentos, especificações técnicas e grade de tamanhos constantes no Termo de Referência, **não sendo admitidas alterações** de design, substituição de materiais, adaptações de layout, divergências de tonalidade, modificações de posicionamento de **elementos visuais ou quaisquer outras desconformidades que descaracterizem os modelos oficialmente aprovados pela Administração.**

A contratada deverá realizar a separação:

- acondicionamento dos itens por setor de destino
- tipo de peça
- numeração/tamanho

devendo os produtos ser entregues devidamente embalados e identificados.

4.5 O recebimento dos produtos ocorrerá inicialmente de forma provisória, por servidor designado ou fiscal do contrato, para fins de conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, oportunidade em que serão verificados, entre outros aspectos, a conformidade com as quantidades solicitadas, tamanhos, cores, personalizações, acabamento, qualidade

dos materiais empregados e fiel correspondência com as especificações e imagens constantes no Termo de Referência.

4.6 Constatada qualquer divergência, defeito, inconformidade técnica ou visual, especialmente quanto à quantidade, modelagem, cor, tamanho, personalização ou qualquer característica divergente das especificações estabelecidas pela Administração, os itens poderão ser recusados total ou parcialmente, não sendo considerados recebidos para qualquer efeito até a devida regularização pela contratada.

4.7 Somente após a verificação da conformidade integral dos itens entregues e a correção de eventuais inconsistências identificadas no recebimento provisório será realizado o recebimento definitivo do objeto, mediante atesto do fiscal do contrato ou servidor formalmente designado pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

a) Os fardamentos deverão ser confeccionados com materiais de primeira qualidade, apresentando resistência ao uso contínuo, durabilidade, conforto térmico, mobilidade, acabamento reforçado, resistência a lavagens frequentes, estabilidade de cores e modelagem compatível com as atividades operacionais e externas desenvolvidas pelos servidores, devendo atender às exigências de segurança, ergonomia, identificação funcional e apresentação institucional.

b) Considerando a necessidade de padronização visual dos profissionais e a identidade institucional dos serviços públicos de saúde, todos os itens a serem fornecidos deverão ser confeccionados em estrita e exata conformidade com os modelos, layouts, desenhos, cores, padrões visuais, posicionamento de logomarcas, inscrições, bordados, serigrafias, faixas refletivas, bolsos, recortes, acabamentos, acessórios, dimensões e demais detalhes técnicos constantes nas imagens ilustrativas e especificações disponibilizadas no Termo de Referência, as quais constituem parte integrante da futura contratação.

c) Não serão admitidas alterações de design, substituições de materiais, adaptações de layout, modificações de cores, reposicionamento de elementos visuais ou quaisquer divergências em relação aos modelos oficiais apresentados pela Administração, devendo a empresa contratada reproduzir fielmente cada peça conforme os padrões previamente aprovados no Termo de Referência, garantindo total correspondência entre os produtos entregues e as imagens de referência disponibilizadas.

d) A contratada deverá assegurar uniformidade na produção de todas as peças, observando rigoroso controle de qualidade durante as etapas de confecção, personalização, acabamento e entrega, podendo a Administração, quando entender necessário, exigir apresentação de amostras físicas para validação prévia dos materiais, modelagens, personalizações e conformidade visual antes da produção definitiva, bem como proceder à recusa de itens que apresentem defeitos de fabricação, inconformidades técnicas ou qualquer divergência em relação às especificações estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;
- b) Permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) Assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, referente a garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;
- e) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto do Edital, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a Administração da Prefeitura Municipal de Parnaíba-Pi;
- f) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente a garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;
- g) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens;
- h) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados nos bens, objeto do Edital, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários, quando do atendimento à Prefeitura Municipal de Parnaíba-Pi, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a contratante.
- i) Atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;

j) Fiscalizar o recolhimento dos encargos dos funcionários terceirizados contratados pela CONTRATANTE;

k) A CONTRATANTE poderá promover a inclusão, exclusão e alteração de localização e características dos bens e serviços contratados a qualquer momento, com a correspondente alteração contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar integralmente o objeto contratado, em estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, modelos, cores, layouts, personalizações, grade de tamanhos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

b) Confeccionar e fornecer todos os fardamentos em exata conformidade com as imagens, padrões visuais, logomarcas, inscrições, bordados, serigrafias, acabamentos e demais características técnicas disponibilizadas pela Administração no Termo de Referência;

c) Iniciar a produção dos itens somente após o recebimento da respectiva Nota de Empenho emitida pela contratante;

d) Realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do envio formal da Nota de Empenho;

e) Fornecer produtos novos, de primeiro uso, confeccionados com materiais de primeira qualidade, devidamente acabados e livres de defeitos de fabricação;

f) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de matéria-prima, insumos, mão de obra, equipamentos, transporte, embalagem, carga, descarga e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a contratante;

g) Realizar a separação, identificação e acondicionamento dos itens por setor, tipo de peça e respectivos tamanhos, conforme orientação da Administração, de modo a facilitar a conferência e distribuição dos produtos;

h) Entregar os produtos no endereço indicado pela contratante, dentro do horário de expediente administrativo;

i) Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, os itens recusados no recebimento provisório por apresentarem defeitos, divergências de tamanho, cor, personalização, acabamento ou qualquer desconformidade em relação às especificações constantes no Termo de Referência;

j) Responsabilizar-se pela qualidade, durabilidade, uniformidade e padronização dos produtos fornecidos, garantindo que todas as peças entregues mantenham conformidade entre si;

- k) Comunicar formalmente à contratante, de imediato, qualquer ocorrência que possa comprometer os prazos ou a perfeita execução do objeto, apresentando as devidas justificativas;
- l) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades;
- m) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, conforme legislação aplicável.

6.1. A CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I do Edital, referente a este contrato, deverá:

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento necessários a consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos bens, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior;
- c) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante o fornecimento dos bens, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior;
- d) Repassar à Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência da garantia dos bens e serviços e conseqüentemente do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no Pregão; obedecidos o comportamento do mercado, os termos contratuais e o equilíbrio financeiro do contrato;
- e) Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos fornecimentos, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- f) Fornecer os bens de acordo com a descrição constante no Anexo I do instrumento convocatório, e de acordo com a Ordem de Fornecimento emanada pela Administração Pública;
- g) Guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- i) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os

seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

j) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências, e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento ou em conexão esse, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

k) Cumprir todas as cláusulas dos acordos de dissídios coletivos das categorias profissionais envolvidas, homologados pela Justiça do Trabalho e/ou sindicatos respectivos, apresentando à CONTRATANTE cópias autenticadas desses acordos a cada homologação ocorrida;

l) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento, para a consecução do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

m) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;

6.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato terá execução indireta o regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

CLÁUSULA DECIMA - DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA E ATRIBUIÇÕES

8.1 A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Gestor, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA apresentará nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou outra forma acordada no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Recibo devidamente atestado na Diretoria Administrativa da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PI e/ou Setor responsável da contratante.

9.2. O pagamento só ocorrerá após o efetivo recebimento dos bens, de acordo com a proposta da licitante.

9.3. No caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento

estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

9.4. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Caso haja inadimplência junto ao INSS e/ou FGTS será informado aos respectivos órgãos da existência de créditos futuros da empresa junto a Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI.

9.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, verificar se os bens e os serviços estão em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

9.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Edital e do Contrato;

9.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos bens ou de atualização monetária por atraso de pagamento;

9.8. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação do índice aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante e a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

10.1 No caso da formalização de contrato oriundo da ata de registro de preços, o contrato poderá ter o seu valor reajustado atendendo ao disposto no art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, desde que seja observado o período mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato.

10.2 Será adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o cálculo de reajuste devido a cada 1 (um) ano.

10.3 O pedido de reequilíbrio econômico financeiro para o caso de repactuação deverá ser motivado por fato fundamentado pela contratada e apresentado à Administração Pública, devendo atender ao disposto na Lei nº 14.133/2021 com atenção aos art. 124, 130 e 134.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA que arcará com as despesas desse contrato, está prevista na LOA 2026 da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, na seguinte classificação orçamentária: PROJETO/ATIVIDADE: XXXX; ELEMENTO DE DESPESA: X.X.XX.XX.(XX); FONTE DE RECURSOS/CÓDIGO DE APLICAÇÃO; XXX/XXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência deste Contrato será de XXXX (XXXXXX) DIAS/MÊS, a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, conforme a Lei nº 14.133/2021.

12.2 A possibilidade de prorrogação contratual decenal, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, ocorrerá, desde que seja verificada a real necessidade e vantajosidade para a Administração Pública em sua continuidade. A prorrogação também fica condicionada a não ocorrência de penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, durante o seu primeiro ano de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.0 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Observado o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2014, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por fiscal designado lotado na Unidade Requisitante e demais regramentos previstos no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

14.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por servidor designado pela Unidade Requisitante.

14.3 Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante.

14.4 A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.

14.5 A Unidade Requisitante irá atestar, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à licitante vencedora.

14.6 O recebimento definitivo dos objetos do Termo de Referência somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

14.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade das Unidades Requisitantes, seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

14.8 Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente

federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.4. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

15.5 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

15.6 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.7 As sanções previstas nas alíneas “a”, “f” e “g” da Cláusula 15.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, “c”, “d” e “e”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

15.8 As multas previstas no item 15.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento dela não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

15.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

15.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

15.11. A aplicação das sanções previstas no item 15.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência nas transgressões por parte da contratante, levando em consideração todos os atos celebrados com a Contratante, bem como os danos causados à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

15.13 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.16 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Central de Licitações e Contratos Administrativos – CLCA todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

15.17 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO

16.1. O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município.

16.3. Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no

estado em que a sua execução se encontrar.

16.4. Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma do item 8.1, alínea “c”, deste Contrato.

16.4.1 A multa referida no item anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

16.5. Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

16.6. Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no item 16.4.1. desta Cláusula.

16.7. No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

17.2. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 O presente contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

19.1. É competente o foro da cidade de Parnaíba-PI com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

19.2. Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (TRÊS) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (DUAS) testemunhas.

Parnaíba-PI, XX de XXXXXXXX de 2026.

Secretário de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal da Empresa
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

1 - _____ CPF: _____;

2 - _____ CPF: _____.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES

_____, CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 – PMP-PI, DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. (Declaração de conhecimento do Edital);
- b) Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Declaração de proposta econômica);
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social. (Declaração de reserva de cargos);
- d) Para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. (Declaração de Não-Emprego de menores);
- e) Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante);
- f) Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade prevista na legislação. (Declaração de Acessibilidade);
- g) Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente).

Parnaíba, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Papel timbrado da empresa que a identifique.

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO E DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA/ME E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE/EPP**

.....(nome / razão social), inscrita no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador da
Carteira de Identidade n.ºe do CPF n.º, na Sessão Pública do
Pregão Eletrônico nº 24/2026; DECLARA ser beneficiária do tratamento diferenciado e
favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123/06, sendo:

() Microempresa ou () Empresa de Pequeno Porte, e não possuir nenhum dos
impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do
tratamento diferenciado, estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com
a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins
de enquadramento como empresa de pequeno porte

DECLARA ainda ter ciência que “A falsidade de declaração prestada objetivando os
benefícios das leis supracitadas, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal,
sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas
previstas na Lei 14.133/2021”.

Parnaíba, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Papel timbrado da empresa que a identifique.

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL- REAJUSTADA

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº24/2026 – Prefeitura de Parnaíba-PI

A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), LOCALIZADA NA (ENDEREÇO COMPLETO), INSCRITA NO CNPJ SOB Nº _____, INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº _____, E-MAIL: _____, TELEFONE: _____ através desta, vem apresentar a proposta de preço relativa a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO em referência objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

DESCRIÇÃO DO LOTE						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE R\$XXXX						

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade mínima da Proposta: 120 (cento e vinte) dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que e

xaminamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta, e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens, e despesas para a entrega dos produtos.

Representante Legal (Nome Completo e CPF)

Papel timbrado da empresa que a identifique.